

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO CIÊNCIAS SOCIAIS

Maria Clara Gomes da Silva

**Representações sociais sobre o meio ambiente brasileiro de jovens
estrangeiros egressos de programa de mobilidade acadêmica**

Florianópolis

2022

Maria Clara Gomes da Silva

Representações sociais sobre o meio ambiente brasileiro de jovens estrangeiros egressos de programa de mobilidade acadêmica

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais

Orientador(a): Prof.(a) Márcia Grisotti, Dr.(a)

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra

Gomes da Silva, Maria Clara
Representações sociais sobre o meio ambiente
brasileiro
de jovens estrangeiros egressos de programa de
mobilidade
acadêmica / Maria Clara Gomes da Silva ; orientadora,
Márcia Grisotti, 2022.

98 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Meio Ambiente. 3.
Mobilidade
Acadêmica. 4. Representações Sociais. I. Grisotti,
Márcia .
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação
em
Ciências Sociais. III. Título.

Maria Clara Gomes da Silva

Representações sociais sobre o meio ambiente brasileiro de jovens estrangeiros egressos de programa de mobilidade acadêmica

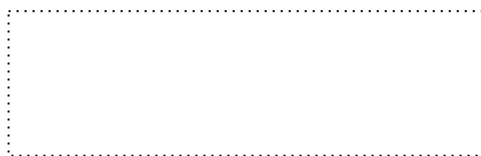
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Ciências Sociais.

Florianópolis, 25 de Julho de 2022.

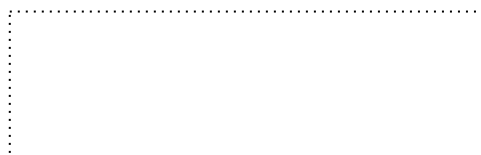


Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.
Coordenador do Curso

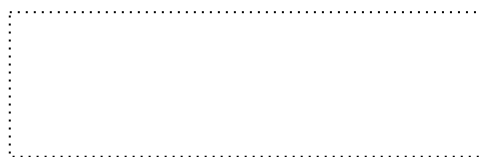
Banca examinadora



Profa. Márcia Grisotti, Dra.
Orientadora



Profa. Thaís de Souza Lapa, Dra.
Instituição UFSC



Isaura Wayhs Ferrari, Me.
Instituição UFSC

Florianópolis, 2022.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora, Márcia Grisotti, que me deu todo apoio e liberdade na construção desse trabalho, além de possibilitar discussões riquíssimas para o mesmo. À banca, que desde a qualificação do projeto de pesquisa se mostrou muito interessada e fizeram apontamentos-chaves para a elaboração da pesquisa e do trabalho. Aos meus professores do curso, por todo o trajeto de aprendizado até aqui.

Agradeço, também, à minha família por nada menos do que tudo. Aos meus pais e meu irmão, que sempre me apoiaram e me apoiam irrestritamente. Às minhas tias, especialmente, à Doris, que me acompanhou durante a construção desse trabalho, sempre me dando dicas valiosas. Aos meus tios, primos e primas, e todos aqueles que vieram antes de mim, para que aqui eu pudesse estar. Também, à minha família estendida, as minhas amigas, que me acompanham em todos os momentos, bons ou ruins.

Aos meus colegas e amigos de vida que a mobilidade me proporcionou. Eles me fizeram refletir tanto, que me rendeu um TCC. Ademais, agradeço o tempo que passamos juntos e a possibilidade de fazer amigos e ligações que carregarei para o resto da minha vida. Nos vemos logo mais...

Aos meus camaradas, que em pouco tempo já me ensinaram e me ensinam tanto sobre a construção conjunta e organizada do nosso futuro. Todo tempo junto a vocês, me torno melhor.

A todos os Marighellas que constroem diariamente o poder popular na linda e firme Ocupação Carlos Marighella em Palhoça, vocês me ensinaram sobre organização, força, luta, resistência e a compreender que todas as lutas, sejam elas por moradia, por terra, pelo campo, pela vida dos povos originários e tradicionais, e dos trabalhadores urbanos e pela natureza, são uma só.

Por fim, sou grata pela Universidade pública, especialmente, pela Universidade Federal de Santa Catarina, foi ela que me deu a possibilidade de completar esse trabalho, desde o meu ingresso, passando pela possibilidade de realizar a mobilidade acadêmica, até esse momento de concretização do curso de bacharelado em Ciências Sociais. Agradeço, então, a todos aqueles que lutaram para que ela pudesse existir e permanecer pública, entretanto, a luta continua e continuará até que todos possam agradecer como eu nesse momento.

*Tua terra tem palmeiras
— babaçu para exportar... —
Só não tem, Gonçalves Dias,
muito fácil sabiá.
Retirantes, com o povo,
cantarão noutro lugar?*

*Foi-se tanto maranhense
para os campos do Goiás
— na ambição de plantar roça,
na ilusão de colher paz —,
que as palmeiras que cantavam
não têm mais o que cantar.*

*Tu pediste um travesseiro
cheio da terra de cá...
Maranhão dos maranhenses,
que não podem retornar!
Travesseiros de saudade
não adianta carregar.
Se plantando em travesseiro,
só se colhem sonhos vãos.
Lavrador que planta certo,
planta na carne do chão.
E este chão, Gonçalves Dias,
não é mais para plantar.
Corredor de beira estrada,
serve só para passar.
Entre a cerca e o asfalto,
feito esgoto um povo vai...*

*Tua terra tem palmeiras
onde conta a Oleobrás,
onde conta a Empresobrás,
onde conta a Multibrás... (CASALDALIGA, 2021)*

RESUMO

O presente trabalho é resultado da pesquisa sobre representações sociais do meio ambiente brasileiro de estrangeiros que passaram pela experiência de mobilidade acadêmica em Bruxelas, na Bélgica, entre 2020 e 2021. A amostragem foi feita a partir do método bola de neve. A pesquisa é qualitativa e foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas virtuais. A análise foi feita usando as técnicas da Análise de Conteúdo de Bardin. Também foi realizada revisão literária sobre os temas da Mobilidade Acadêmica, Questão Ambiental Brasileira e Representações Sociais. O resultado da pesquisa mostra a preponderância da representação social do meio ambiente brasileiro como um lugar rico por natureza, de grande diversidade natural, e, por outro lado, que sofre grandes ameaças. O meio ambiente brasileiro também foi representado destacando a natureza e ocultando os povos que vivem em relação com ela. Destacou-se o papel do Estado perante ao meio ambiente brasileiro nas representações sociais tidas.

Palavras-chave: Meio Ambiente 1. Mobilidade Acadêmica 2. Representações Sociais 3.

ABSTRACT

This work is the result of a research about social representations of the Brazilian environment by foreigners that have been through an academic mobility experience in Brussels, in Belgium, between 2020 and 2021. The sampling was made from the snowball method. The research is qualitative and was carried out through virtual semi structured interviews. The analysis was made using the techniques of Content Analysis by Bardin. Literature review about academic mobility, the environmental issue in Brazil and social representations was also conducted. The results of the research show the preponderance of the social representation of the Brazilian environment as a place rich by nature, of great biodiversity and, on the other side, as a place that suffers great threats. The Brazilian environment was also represented highlighting the nature and occulting the people who live in relation to it. The role of the state towards the Brazilian environment was highlighted in the social representations.

Keywords: Environment 1. Academic Mobility 2. Social Representations 3.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Associação de palavras com “Meio Ambiente” e “Brasil”	72
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fala do entrevistado 7 sobre os impactos da sua mobilidade acadêmica	66
Quadro 2 – Falas incertas dos entrevistados sobre as suas preocupações com as questões ambientais	68
Quadro 3 – Falas dos entrevistados sobre as suas preocupações com as questões ambientais	69
Quadro 4 – Fala do entrevistado 11 sobre a sua preocupação com as questões ambientais	70
Quadro 5 – Falas de destaque à Amazônia.....	74
Quadro 6 – Algumas falas de exotização do meio ambiente brasileiro	75
Quadro 7 – Fala do entrevistado 9 sobre a relação da Amazônia e o resto do mundo	76
Quadro 8 – Fala do entrevistado 9 sobre políticas de decrescimento	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Motivações dos entrevistados para a realização da mobilidade acadêmica	64
Tabela 2 – Impactos percebidos da mobilidade acadêmica	65
Tabela 3 - Nível de preocupação dos entrevistados com as questões ambientais ..	68
Tabela 4 - Forma de envolvimento dos entrevistados com as questões ambientais	70
Tabela 5 - Causas da situação ambiental brasileira levantadas pelos entrevistados	78
Tabela 6 - Atores afetados pela situação ambiental brasileira levantados pelos entrevistados	82
Tabela 7 - Soluções para a situação ambiental levantadas pelos entrevistados.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO	16
1.2	JUSTIFICATIVA.....	19
1.3	CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ESTUDADO	22
1.4	OBJETIVOS.....	29
1.4.1	Objetivo Geral	29
1.4.2	Objetivos Específicos.....	29
2	METODOLOGIA.....	30
3	A MOBILIDADE ACADÊMICA.....	35
4	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	47
5	UM POUCO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL	54
5.1	A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL NO GOVERNO BOLSONARO	58
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
6.1	MOBILIDADE ACADEMICA, MOTIVAÇÕES E IMPACTOS	64
6.2	O MEIO AMBIENTE, O BRASIL E SUAS AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	68
6.2.1	Aproximação dos entrevistados com as questões ambientais	68
6.2.2	Representações Sociais do Meio Ambiente Brasileiro	72
7	CONCLUSÃO.....	90
	REFERÊNCIAS.....	93
	APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	105

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

O último relatório do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC, 2021), entidade das Nações Unidas responsável por avaliar as mudanças climáticas no mundo prevê que sem uma redução severa das emissões de CO₂ e outros gases que contribuem para o efeito estufa, ainda no século vinte e um, é provável que a temperatura no globo aumentará de forma a exceder a diferença positiva de 2°C desde a era pré-industrial. Tal aquecimento será acompanhado pelo agravamento de eventos extremos, como violentas ondas de calor, fortes precipitações, ciclones tropicais intensos e secas agrícolas, entre outros, os quais já vêm ocorrendo. O relatório ainda conclui que algumas mudanças no meio ambiente ocorridas devido as emissões desses gases no passado e no presente, chegam a ser irreversíveis por milênios. Assim, aqueles que mais sofrerão com tais eventos serão os que vivem em simultaneidade, os jovens de hoje e os que estão por se tornar.

Os jovens se mostram particularmente preocupados. Em 2020, uma pesquisa survey realizada pelo European Environmental Bureau registrou que para os jovens europeus de 15 a 25 anos, as mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente são consideradas os principais problemas com que a humanidade lida hoje (BIJWAARD e DUNNE, 2021). Em setembro de 2019, após Greta Thunberg, uma estudante sueca, obter atenção global ao acampar em frente ao parlamento sueco iniciando um movimento de paralisação pelo clima na cidade onde vive, 4 milhões de jovens ao redor do mundo foram inspirados a ir às ruas, em protestos pelo clima e, assim, a compor o maior e mais internacionalizado movimento pelo clima já visto (ALTER et al, 2019).

Segundo Carrano (2006), apesar das formas de fazer a política tradicional estarem perdendo a credibilidade entre os jovens, o engajamento político dos mesmos não está diminuindo, mas mudando de perfil em relação às gerações anteriores. Um perfil que ganha novas formas de ação através de voluntariados, protestos, pequenas ações no cotidiano, políticas participativas, da internet (EARL et al, 2017) e da expressão artística (SPOSITO, 1999).

Uma notícia de agosto de 2019, na BBC News, relata que milhares de jovens em Londres, Madrid e Bogotá manifestaram em frente a embaixadas do Brasil contra as queimadas ilegais na Amazônia, exigindo uma ação do governo brasileiro. Nesse mesmo mês, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2021), o número de focos de queimadas na Amazônia foi o maior no mês de agosto desde 2010, somando, no final do ano, um total de 197.632 mil focos de queimadas identificados. Em 2020, o total foi de 222.797 focos, um número ainda maior do que no ano anterior. Já nesse ano 2021, foi contabilizado até novembro 168.098 focos, apenas 8.000 à menos do que o número até a mesma data no ano de 2019. No mês de agosto desse ano, os focos se assemelham à taxa de agosto de 2019, com apenas 224 à menos. Ou seja, espera-se que no ano presente não haja uma melhora na proteção ambiental para a diminuição das queimadas (INPE, 2021).

Além dessas manifestações populares contra a falta de ação do governo brasileiro para lidar com as questões ambientais, governos de outros países também se manifestaram no sentido de questionar o presidente, Jair Bolsonaro (GUDYNAS, 2020). Entende-se, então, que a situação da floresta amazônica é alarmante e sua repercussão é internacional.

Uma pesquisa sobre as notícias do Brasil na imprensa alemã relatou que, pelo menos até 2014, a temática do meio ambiente e das políticas ambientais era a quinta mais recorrente (CAZZAMATTA, 2020). Outro artigo, ao explorar as ideias de universitários de Portugal acerca do Brasil, revelou que esses estudantes destacavam as belezas naturais do país (PIVOTTO et al, 2019). Mais recentemente, uma “análise da cobertura dos jornais latino americanos pesquisados entre agosto e dezembro de 2019, aponta para uma imagem internacional de Brasil como um país negligente em relação à preservação ambiental” (NOGUEIRA et al, 2020, p. 49).

Ao participar do programa de intercâmbio por acordo bilateral oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina, entre 2020/21, a autora do presente trabalho pôde estudar por um semestre, na Vrije Universiteit Brussel, em Bruxelas, na Bélgica, e, assim, conhecer e trocar ideias com diversos outros estudantes universitários, em sua maioria, europeus que por diversas vezes citaram a situação ambiental do Brasil. Esses estudantes estavam participando do Programa Erasmus de mobilidade transnacional e advinham de países como Portugal, Espanha, Itália, França, Alemanha, Áustria, Finlândia, Rússia, Itália, Eslováquia, República Tcheca e Polônia. Cursavam diferentes cursos como Matemática, Ciências Políticas,

Engenharia, Multimídia, Administração, Jornalismo, Biomedicina, Direito, Psicologia e Arquitetura.

A literatura retrata tais estudantes universitários europeus como parte de um grupo da sociedade que tem a oportunidade de se especializar profissionalmente, a partir da academia, e de se posicionar melhor dentro do mercado de trabalho (PROKOU, 2008). É esperado, por Oliveira e Freitas (2017) que a experiência de mobilidade internacional na educação superior acrescente a essa capacitação, o desenvolvimento de um capital simbólico capaz de enriquecer o estudante de forma cultural, intelectual e pessoal. Além disso, Morley *et al.* (2008) relata que tal experiência desenvolve competências interculturais e a cidadania global nos estudantes participantes.

A interculturalidade pode ser compreendida como um atributo que transpõe barreiras culturais e rompe com a ideia de etnocentrismo, instigando a capacidade de investigação e reflexão dos indivíduos, bem como a aquisição de saberes voltados à promoção de uma cidadania responsável, tendo em vista a importância de mudanças voltadas à construção de uma sociedade democrática e humana (DALCIN, 2011). Já a cidadania global, de acordo com a Unesco (2015), significa se sentir pertencente a uma comunidade global, portar conhecimentos de valores universais e noções críticas sobre questões globais, agir de forma responsável em diferentes contextos, visando a um mundo mais pacífico e responsável, além de prezar pelo bem coletivo.

A mobilidade acadêmica, como possível fomentadora da interculturalidade e da cidadania global, faz parte de um esforço maior de internacionalização do currículo. De acordo com Leask (2009), um currículo internacionalizado serve para “engajar estudantes com pesquisas informadas internacionalmente, com a diversidade cultural e linguística e a desenvolver suas perspectivas internacionais e interculturais como profissionais e cidadãos globais.” (apud LEASK, 2015, p. 10, tradução nossa). É esperado, então, que esses sujeitos, os estudantes intercambistas, sejam abertos para outras realidades, pensem de forma crítica sobre o mundo, valorizem os princípios universais e se esforcem rumo à transformação social.

Paige *et al* (2009), revela, através de pesquisa empírica, que as pessoas que passaram pela experiência de mobilidade acadêmica dizem ter sido influenciadas positivamente nos seus níveis de envolvimento em questões globais, através do

engajamento cívico, produção de conhecimento, filantropia, empreendedorismo social e simplicidade voluntária. Nesta pesquisa, a categoria que mais se destacou foi a simplicidade voluntária, ou seja, a maior influência da mobilidade no engajamento social foi a adoção de práticas de vida mais simples, muitas vezes, associadas a uma preocupação com um meio ambiente sustentável.

Estando a questão da preservação ambiental no Brasil no epicentro desse debate, e tendo essa questão assumido importância cada vez maior para os jovens em nível de mundo, a presente pesquisa se propõe a desvelar quais são as representações de estudantes de intercâmbio, mais especificamente que estudaram em um intercâmbio na cidade de Bruxelas (Bélgica), entre 2020 e 2021, sobre meio ambiente no Brasil

Dessa forma, questiona-se: quais as representações sociais que estudantes estrangeiros do ensino superior, que passaram pela experiência de mobilidade acadêmica em Bruxelas em 2020/21, possuem acerca do meio ambiente no Brasil nos últimos 5 anos?

1.2 JUSTIFICATIVA

De setembro de 2020 à fevereiro de 2021, a autora participou do programa de intercâmbio por acordo bilateral da UFSC com a Vrije Universiteit Brussel (Universidade Livre de Bruxelas) em Bruxelas, na Bélgica. Durante sua permanência no país ela pode encontrar com diversos estudantes de diferentes países da Europa e do mundo. A maioria desses encontros foram acompanhados por curtos ou longos diálogos sobre o Brasil. Frequentemente os estudantes mostravam querer falar algo sobre o Brasil, alguns possuíam conhecimento e opiniões elaboradas e instruídas, outros possuíam alguma informação e se intrigavam com algumas questões; havia aqueles, também, que comentavam sobre assuntos rasos e ainda os que nada sabiam, raros. As temáticas levantadas, que englobavam futebol, cinema, política, desigualdade social, meio ambiente, violência, imigração, entre outras, intrigaram a autora a pensar que existe uma visão do Brasil construída externamente e que apesar de muito ouvirmos falar sobre esse imaginário brasileiro no exterior, ainda restam muitos aspectos a serem conhecidos.

É esperado que a experiência de mobilidade acadêmica propicie aos jovens participantes uma postura crítica frente aos problemas globais, um sentido de cidadania global e perspectivas internacionais (LEASK, 2015).

Hoje, o engajamento ecológico é um dos principais caminhos de inserção dos jovens nos assuntos políticos, isso faz com que eles, em algum nível, possuam em comum ideais ecológicos, ainda que a repercussão desse fenômeno possa se expressar em diferentes pautas específicas (CARVALHO, 2004).

Entre os países europeus, assim como no mundo, a questão climática se encontra na pauta do dia. Depois do Acordo de Paris, firmado durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015, em que os países presentes concordaram em esforçar-se para manter o aquecimento da temperatura média global em 2°C em relação à era pré-industrial, mas com o objetivo principal desse aumento chegar a 1,5°C (UNFCCC, 2015, art. 2. 1(a)), a Comissão Europeia apresentou em dezembro de 2019 o Pacto Ecológico Europeu com o objetivo final de fazer a Europa um continente neutro do ponto de vista climático até 2050 (União Europeia, 2019). Tais esforços apontam para a preocupação dos Estados e seus cidadãos para as questões climáticas.

Nos últimos anos, o Brasil passou a ser recorrentemente retratado na imprensa internacional, europeia incluída, por causa das suas ações em ataque ao meio ambiente e as declarações polêmicas de Bolsonaro (PASSARINHO, 2019). Apesar desse boom de notícias no ano de 2019, a questão ambiental no Brasil tem sido mobilizada internacionalmente desde os anos 80, quando movimentos locais em campanha contra projetos na Amazônia se articularam “[...] com organizações americanas e com grupos europeus que aderiram mais tarde à campanha fortaleceram os protestos locais e as ONGs nacionais que, por seu lado, conferiam credibilidade para as ações de seus parceiros “estrangeiros” (ZHOURI, 2006, p. 144).

A dimensão global da crise ambiental reflete a fase de integração da humanidade que estamos imersos e em que, nações se encontram interligadas culturalmente, economicamente e politicamente, em virtude da expansão do capitalismo no mundo e, assim, a padronização de um mesmo modo de produção ao redor do globo, apesar das suas assimilações distintas. Tal crise surge no momento em que os limites físicos, orgânicos e químicos da terra começam a ser ultrapassados pela produção e consumo de bens e sua dimensão global se exprime

tanto na causa, o capitalismo de caráter global, quanto na consequência, ou seja, os impactos ambientais responsáveis por danos em diferentes partes do mundo, ainda que muito mais significativos nos “países periféricos”, ou “países do sul”, visto a situação de marginalização e dependência para com os “países do norte”. As soluções para a crise ambiental também estão sendo colocadas no plano internacional, seja nas discussões públicas, quanto nos acordos e tratados políticos firmados entre países (QUINTANA e HACON, 2011).

Dentro da comunidade globalizada, o Brasil se posiciona como um dos maiores exportadores de bens primários, que é de onde vem a maior porcentagem de lucro de sua economia, do setor agroindustrial, sendo o mesmo responsável pelos impactos sócio ecológicos mais devastadores (VIEIRA, 2021).

Zhour (2001) observa que “O avanço da economia ocidental sobre as florestas tropicais e territórios dos povos indígenas tem conduzido a uma representação dos interesses destes povos para além da esfera tradicional local.” (p. 43), e ainda que, as ONG’s brasileiras de defesa à proteção ambiental estão em uma relação de dependência, principalmente econômica, com seus parceiros transnacionais.

Ianni (1993) revela que a sociedade global chegou ao ponto em que os mais diversos assuntos se desvelam como internacionais, pois refletem na harmonia da sociedade global. Para esse autor, é possível observar um processo de globalização da cultura que acompanha o da globalização da sociedade, economia e política e, mesmo desigualmente, “globaliza também grupos e classes sociais, movimentos sociais e partidos políticos, ideologias e utopias” (p. 49). Assim, o autor conclui que a sociedade global pode se tornar predominante frente a um Estado nacional e vir a alterar até correntes de opinião pública (IANNI, 1993).

Com o avanço do capitalismo mundial, as nações perdem suas forças para esse projeto hegemônico global e os Estados ficam dependentes, cada vez mais, de fatores externos. Assim, diversos segmentos da sociedade civil são barrados, esquecidos ou desafiados a limitar seus movimentos dentro do espaço do mercado. Como resultado disso, advém a necessidade de repensar movimentos sociais e formas de conscientização e atuação da sociedade civil para que essa possa implicar algum controle sobre o poder estatal; para isso, seria imprescindível a associação de grupos de diferentes países (IANNI, 2008).

A produção de sentido no cenário atual, incluso a crise ambiental, “[...] passa a figurar como papel central, já que os efeitos de sentido produzidos pelas práticas discursivas vão coordenar processos de simbolização e significação nos grupos sociais, o que vai promover e manter processos ideológicos” (PENELUC e SILVA, 2011, p. 22). Nesse sentido, se faz necessário o estudo das representações sociais sobre o meio ambiente, visto a utilidade delas para a manutenção de ideologias, da alienação e das estruturas de poder presentes na atual realidade social (PENELUC e SILVA, 2011).

Em adição, é considerado a importância da assimilação da experiência de mobilidade acadêmica, ou de internacionalização, para o Sul global de forma crítica, capaz de desafiar os discursos oficiais, de ser consciente dos fatores situacionais e do contexto histórico-social em que ela se insere, de ser funcional e significativa para a conjunta em que ocorre, de trazer reflexões e intervenções críticas, e, por fim, sem apagar a individualidade subjetiva dos sujeitos (LEAL e MORAES, 2017). Diante do exposto, a pesquisa coloca em questão as representações de indivíduos do destino da mobilidade, o hemisfério Norte, sobre o assunto a ser tratado, de uma perspectiva vinda do Sul, ao contrário da produção tradicional do conhecimento, fazendo do objeto de pesquisa quem sempre esteve na posição de sujeito.

Visto (1.) a pertinência da temática do clima e do meio ambiente no mundo, e principalmente na Europa, hoje em dia, (2.) a posição desfavorável que o Brasil se encontra internacionalmente quanto à pauta ambiental, (3.) a importância das discussões no âmbito global para a cultura, economia e política de cada país, e a necessidade de compreendê-las, (4.) a posição privilegiada na sociedade dos estudantes universitários europeus que passaram por uma experiência de intercâmbio, e (5.) a necessidade de assimilar a experiência de mobilidade acadêmica de forma crítica e frutífera para a realidade do estudante, se faz valoroso conhecer a forma com que os estudantes que passaram pela experiência de intercâmbio em Bruxelas, a capital europeia, enxergam o meio ambiente brasileiro nos anos recentes, um aspecto da identidade brasileira tão discutido hoje.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ESTUDADO

O grupo o qual foi estudado no presente trabalho é formado por estudantes de ensino superior que realizaram um período de intercâmbio na cidade de Bruxelas, Bélgica, por um semestre, ao menos, entre os anos de 2020 e 2021.

Essa escolha leva em consideração a delimitação de local e tempo que une esses estudantes. Considera, também, uma questão prática, qual seja, a experiência acadêmica da autora em programa de mobilidade, no mesmo período e cidade citados. Somado a essas questões, pode-se levantar algumas características próprias do grupo estudado.

a) O grupo pesquisado é formado por jovens. Essa característica torna-se uma particularidade para Octavio Ianni (1968), em razão do momento único que o indivíduo se encontra, passando pelo processo de ajustamento na sociedade, de ingresso mais amplo à sociedade e ao mundo do trabalho. Tal condicionante de juventude, dado por esse momento, é capaz de suscitar uma visão privilegiada que pode fazer com que esse indivíduo jovem identifique as inconsistências estruturais presentes nos seus mundos e, assim, possivelmente, estimulando um pensamento criativo e a confecção de alternativas aos problemas existentes. A formação de uma consciência social cada vez mais abrangente é uma possibilidade que advém da inserção do jovem em grupos amplos e diversificados, como aqueles que ele encontra na Universidade.

Engajamento político da juventude. A juventude é considerada um período repleto de tensões em que, frequentemente, se formam as identidades políticas dos indivíduos. Esse período da vida é caracterizado pela socialização política, em que se fixam as convicções, entretanto, de forma maleável, deixando abertura para experimentações (TOMIZAKI e DANILIAUSKAS, 2018). Devido a uma energia da idade, percebe-se uma propensão maior para a ação, para a rebelião e para engajamentos politicamente radicais.

[...] é um tempo de negociação entre as heranças, as primeiras aprendizagens oriundas da socialização primária, de tudo que foi transmitido pela família, e as experimentações, a vivência da autonomia, conduzindo à construção de escolhas pessoais, que intervêm no quadro da socialização secundária. (TOMIZAKI e DANILIAUSKAS, 2018, p. 349)

Assim, a participação dos jovens nas lutas políticas tem sido recorrente e tem ocupado um lugar central. Em 2011, as insatisfações, principalmente da juventude, com as altas taxa de desemprego e a frustração com a dificuldade em adentrar o mundo de trabalho, levou milhões de jovens de diversos países do mundo

árabe às ruas para reivindicar melhorias nas condições socioeconômicas de vida, no que se chamou de Primavera Árabe (PAASONEN e URDAL, 2016).

No mesmo ano, dessa vez na Espanha, diante medidas de austeridade do governo, da crise econômica e da alta taxa de desemprego, surge o movimento dos “Indignados”, liderado por jovens que estavam se sentindo ignorados pelos políticos locais (POGGOLI, 2011).

Na Grécia, protestos semelhantes e, novamente, com participação juvenil ampla, aconteceram em razão da grave crise econômica que tomou a país, também em 2011 (MALKOUTZIS, 2011).

Na França, em 2006, em protesto à lei que tentava flexibilizar as leis trabalhistas para os jovens, os jovens de todo o país, junto aos trabalhadores, protagonizaram uma greve geral e estudantil, e diversas manifestações com a adesão de milhares de pessoas (BBC BRASIL, 2006).

Nos Estados Unidos da América, em 2011, o movimento, liderado pela juventude, “Occupy Wall Street” marcou o ano de 2011, ocupando uma área na cidade de Nova York para protestar contra as desigualdades geradas pelo sistema econômico americano (OLLA, 2021).

No Chile, a juventude encabeçou, em 2006, em defesa da educação pública, manifestações em massa que ficaram conhecidas como “Revolução dos Pinguins” (CHARLEAUX, 2016).

No Brasil, a onda de protestos conhecidos hoje como “Jornadas de Junho”, em 2013, foi liderada, principalmente, por jovens (MARQUES e ARAÚJO, 2018). Ademais, a presença dos jovens, estudantes e do movimento estudantil nas lutas da história do Brasil é bem anterior a esse fato (MARTINS FILHO, 1987). Em 1962, o movimento estudantil compôs a maior greve geral da história do Brasil à época, nos esforços para impedir o golpe de 1964. Mesmo durante a ditadura os estudantes foram protagonistas das lutas de resistência ao regime durante toda a sua duração, sendo amplamente perseguidos e repreendidos pelo governo. Em 1968, o movimento estudantil era o mais mobilizado da sociedade, enquanto a luta antiditatorial era central, posteriormente; lutaram contra o fechamento do congresso, contra as prisões, censuras e medidas repressivas do regime ditatorial.

Engajamento dos jovens nas lutas ambientais. Nos anos recentes, a luta por políticas concretas que lidem com as mudanças climáticas tem sido pauta de destaque entre os jovens, tornando-a uma das questões globais com a maior

capacidade de exercer pressão sobre os Estados e as organizações internacionais, e colocando-a em lugar de prioridade na agenda política global (HAN e AHN, 2020).

Em 2019, após Greta Thunberg, uma estudante sueca, iniciar, por conta própria, uma paralisação de suas aulas e a construção de manifestações em sua cidade exigindo políticas mais sérias para as questões climáticas, um movimento foi iniciado, o “FridaysForFuture”, o qual se tornou o maior movimento internacional pelo clima já visto (ALTER *et al.*, 2019). Jovens do mundo inteiro aderiram ao movimento; o mesmo culminou em uma semana de protestos em setembro de 2019, em que se estima terem participado 6 milhões de pessoas em protestos em cidades do mundo todo (TAYLOR *et al.*, 2019).

No ano de 2021, em Glasgow (Escócia), cidade em que aconteceu a COP26 (26º Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), protestos, protagonizados principalmente por jovens, foram registrados durante a semana de realização da Conferência, não só na cidade inglesa, mas também em cidades de outros 100 países (BBC, 2021).

Outra tendência de movimentos caracteriza-se por ondas de processos judiciais apresentados por jovens contra seus governos, em mais de 50 países, em relação a diversas formas de desrespeito ao meio ambiente, como a insuficiência em proteger as florestas, a inação para diminuir as emissões de carbono, a falha em cumprir com os compromissos assumidos no Acordo climático de Paris, entre outros (PARKER, 2019).

Após todas essas movimentações, em outubro do último ano (2021), o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu o direito ao “meio ambiente limpo, saudável e sustentável” como um direito humano (NAÇÕES UNIDAS, 2021).

De acordo com Rainsford e Saunders (2021), os jovens apresentam um nível de frustração, preocupação e raiva relacionados às questões ambientais mais altos que os indivíduos mais velhos. A ligação entre a juventude e as mudanças climáticas se dá por diversos motivos, como pelo fato de que os jovens conviverão por mais tempo com os efeitos causados por elas, pelo fato de que a segurança, o bem-estar e a saúde mental da juventude poderão ser afetados por tais mudanças e, por outro lado, pelo protagonismo desse grupo nas lutas coletivas contra o descaso dos governos com as mudanças climáticas (HAN e AHN, 2020). Essas são indicações claras de que a juventude, nos dias atuais, não só possui uma grande preocupação com as questões ambientais, mas também, é ativa na ação coletiva.

b) Jovens e Estudantes Universitários. Os indivíduos objeto dessa pesquisa são, além de jovens, estudantes em processo de formação educacional. Segundo Gramsci (2004), a formação educacional é o meio pelo qual se criam os intelectuais que, por sua vez, são aqueles que perante os grupos sociais comuns ou sociedade, exercem a função de pensar, criar conhecimento ou disseminá-lo. Ocupando posições de direção social e estatal na sociedade, possuem a capacidade de influenciar e até de administrar o consenso espontâneo e a coerção estatal. Sendo assim, a formação educacional é responsável por formar indivíduos que ocuparão posições de grande importância e influência na sociedade. As camadas sociais que, tradicionalmente, fornecem jovens para as universidades são as camadas mais abastadas (GRAMSCI, 2004).

No Brasil, a probabilidade de um jovem de baixa renda (renda familiar per capita de R\$ 250,00) entrar na universidade pública é de 2%, quase nula, enquanto jovens ricos (renda familiar per capita de R\$ 20.000,00) têm uma chance de 40%, 20 vezes maior, de entrar em uma universidade pública (GÓES e DUQUE, 2016). Em 2018, apenas 20% da população brasileira de 25 a 34 anos possuía ensino superior completo, entre os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), formado majoritariamente por países desenvolvidos, a média é de 36% (NITAHARA, 2019).

Esse fenômeno se realiza pois existe uma ideia de que o trabalho intelectual é uma tarefa dessas classes, como um bem cultural das elites e também pela estrutura social desigual em que a população se divide, de um lado em uma maioria que deve trabalhar na execução de tarefas e, de outro, uma minoria que deve gerir (CHAUÍ, 2014). Assim se dá o acesso desigual ao mundo intelectual, em que as chances de entrada são muito maiores para aqueles que já vêm das classes dominantes (GRAMSCI, 2004).

Gramsci ainda aponta para a tendência de que, cada vez mais, junto à ampliação do acesso ao ensino, as escolas se tornem mais orientadas para a formação de profissionais especializados, técnicos para específicas funções, de cunho prático, e menos orientadas, até limitadas a uma ínfima camada social, para a formação de jovens com habilidades criativas desenvolvidas, que possam pensar e se orientar na vida autonomamente. O ensino profissionalizante serve para reproduzir a ordem social, perpetuando as diferenças sociais, principalmente ao ponto que limita a possível formação do jovem como um cidadão ativo, consciente

moral e socialmente, formação que é necessária para alcançar as potencialidades do estudante, que são as de um ser social capaz de fazer parte da democracia, de fazer com que o governo reflita os governantes, de ser um agente político.

Essa nova formação da educação aplicada ao nível superior é chamada, por Marilena Chauí (2014), de universidade de resultados, a qual foca na produtividade e na especialização, sendo operacionalizada por empresas privadas e seus interesses. Mesmo dentro dessa formação, aqueles que possuem o conhecimento técnico estão em uma posição de influência, de dirigir aqueles que não o possuem, colocados em uma posição de maior competência.

Essa tendência na educação se torna um problema na medida em que,

Se a universidade adere acriticamente aos “objetivos” da sociedade, hoje mais identificados com a orientação tecnocrática e gestionária, ela abdica de sua função de formação, de educação e de autonomização dos sujeitos, em favor da organização da produção e de um pretendido controle das relações entre indivíduos. Quando obsessivos e reduzidos a uma mera dimensão econômica e pragmática, os fetichismos da máxima proficiência, da produtividade, da excelência, e a compulsão pelo conhecimento de pronta aplicação constituem uma ameaça à construção histórica da universidade crítica. A desfiguração da universidade não vitima somente a ela; tem como consequência o empobrecimento da própria sociedade, pois esta se desprovê de sua principal instância reflexiva, cultural e civilizacional. (SOBRINHO, 2005, p. 165)

Além de ser dividido dessa maneira classista dentro de cada sociedade, o conhecimento também é dividido entre diferentes países no mundo. De forma que, em uma parte do mundo estão as sociedades desenvolvidas que o produzem e o controlam, determinando seus usos, se beneficiando dele e categorizando-o. Na outra parte, estão os que não possuem essa possibilidade. Dessa forma, quase toda a produção, tecnologia científica (95%) e seus operadores (90%), os cientistas, se encontram nos países mais desenvolvidos do mundo. Assim, a produção, a distribuição e o acesso ao conhecimento (consumo), tornam-se cada vez de maior importância, pois ainda são utilizados para o controle social. A negação ao direito de acesso ou em participar e influenciar grande parte da vida social, encontram-se de mãos dadas com a exclusão social (SOBRINHO, 2005).

c) Jovens, estudantes e intercambistas estrangeiros. Para além de jovens e estudantes, os sujeitos do grupo pesquisado são não brasileiros, são pessoas estrangeiras que participaram de uma experiência de mobilidade acadêmica, simultaneamente com a autora desse trabalho, todos advindos de países do hemisfério norte. Especialmente por conta da pandemia da COVID-19, no

ano de 2020, visto as inúmeras restrições de mobilidade pelo globo, o grupo escolhido para ser objeto da pesquisa são não apenas estrangeiros, mas estrangeiros do hemisfério norte. Essa delimitação geográfica os localiza dentro do polo mundial de países desenvolvidos, destacados pela produção de conhecimento - onde a maior parte do conhecimento é produzido, controlado e valorado, assim, tornando-se estudantes beneficiados por tal realidade (SOBRINHO, 2005).

Entretanto, dentro desse mesmo modelo de políticas educacionais voltadas à meritocracia, as Universidades Europeias, já há algum tempo, tendem a um caráter instrumental (PROKOU, 2008). Nesse sentido, a União Europeia aplica cada vez mais políticas educacionais que procuram ligar a educação ao mundo do trabalho, de forma que essa seja uma ferramenta para aumentar a empregabilidade, através da obtenção de habilidades técnicas e sociais que possibilitem a inserção flexível no mercado de trabalho, assim, cumprindo com as necessidades do mesmo. Isso quer dizer que as universidades se tornam cada vez mais um espaço que fomenta habilidades necessárias para o jovem ser empregado e conseguir se adaptar a um mercado de trabalho flexível, em que não mais seja necessário um alto nível de formação e, menos ainda, a partir do fomento da autonomia e de um indivíduo pensante.

Ainda assim, esses jovens estudantes de ensino superior estrangeiros, egressos de algum programa de mobilidade acadêmica, fizeram parte de programas de intercâmbio que têm por objetivo a formação de um indivíduo que saiba se relacionar no mundo, respeitando as diferenças culturais; um indivíduo que seja engajado socialmente, um cidadão global capaz de pensar o mundo de forma ampla, crítica, que fomente mudanças sociais (LEASK, 2015). Aponta-se que esses jovens devem se colocar de forma destacada no mundo do trabalho para serem mais facilmente incorporados dentro dele (MORLEY *et al.*, 2018). Alguns autores afirmam que a experiência de mobilidade serve para tornar o sujeito um ator positivo na elaboração do poder de certos países no mundo do conhecimento (VAN MOL, 2011) e para promover a hegemonia de um padrão de educação e cultura dominantes (LIMA e MARANHÃO, 2011).

Além disso, ganha grande espaço na formação da opinião pública o fenômeno da comunicação e informação em nível internacional (global), dado pela expansão e desenvolvimento dos meios de comunicação, fazendo com que a população de um país venha formar ideias sobre aspectos, acontecimentos e

causas de outros países (ARAÚJO, 2011). No caso desse trabalho, leva-se em conta que os estrangeiros, através da comunicação internacional midiática, possuem amplo acesso aos acontecimentos dentro do Brasil, possibilitando a eles a formação de opiniões. Esse fenômeno é perceptível em inúmeras declarações dadas nos últimos anos sobre o Brasil por diferentes governantes, parlamentares e figuras importantes de outros países (DESIDERI, 2019; MENDONÇA, 2020; GUDINYAS, 2020).

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Identificar as representações que estudantes estrangeiros de ensino superior, ou recém egressos, que passaram por uma experiência de intercâmbio acadêmico possuem acerca do meio ambiente brasileiro nos últimos 5 anos.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a. Apontar quais são as representações sociais sobre o meio ambiente no Brasil por estudantes estrangeiros egressos de experiência de mobilidade acadêmica na Bélgica em 2020-2021.
- b. Apontar quais são as motivações e os impactos percebidos pelos egressos de programa de mobilidade.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa consiste em, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da Mobilidade Internacional, em segundo lugar, uma pesquisa bibliográfica sobre a questão ambiental no Brasil durante o governo Bolsonaro, em terceiro lugar uma caracterização do que são as Representações Sociais. A quarta parte é constituída de uma pesquisa empírica que buscou coletar as representações sociais sobre o tema do meio ambiente no Brasil de jovens estrangeiros, ou seja, de países que não o Brasil, que passaram por uma experiência de mobilidade acadêmica durante suas trajetórias no ensino superior.

Para a terceira parte do trabalho, em razão do objetivo de pesquisa, a identificação das representações sociais acerca do meio ambiente no Brasil nos anos recentes, e de sua natureza exploratória, que a abordagem mais adequada e possível para a pesquisa é a qualitativa. Levando em conta o alcance compreensivo da abordagem, voltado a satisfazer o objetivo da pesquisa, optou-se pelo método qualitativo de pesquisa.

A abordagem qualitativa abrange um nível de conhecimento do real que não pode ser quantificado, dirigindo-se ao conhecimento dos significados (MINAYO, 2001). Busca-os e os apreende “a partir da subjetividade dos sujeitos-participantes da investigação” (COSTA e ZANATTA, 2012, p. 350), concebendo a realidade de forma complexa e contextualizada. Desse modo, o uso de tal abordagem possibilitará à pesquisa uma apreensão holística daquilo que se objetiva, levando em conta a subjetividade de cada sujeito de pesquisa e seu contexto, para uma discussão o mais ampla possível dos modos como o país Brasil é visto atualmente, em relação ao trato com o meio ambiente, já que essas representações se encontram mais no campo dos significados.

Para tanto, a coleta de dados foi feita através do uso de entrevistas semiestruturadas, a partir da plataforma digital “Zoom”, tendo em vista a distância física entre os diferentes sujeitos de pesquisa e o pesquisador. A entrevista semiestruturada foi executada através de ligações *online*, em que o entrevistado (participante de pesquisa) e o entrevistador (pesquisador) ficaram tête a tête através de uma tela de computador, a partir da qual foi feita a comunicação e, por conseguinte, a entrevista. Anteriormente à entrevista propriamente dita, foi feito contato prévio para apresentar brevemente (explicar) o projeto de pesquisa,

buscando a compreensão e solicitando a participação dos sujeitos, de forma individual e remota (*online*). Após entendimento do projeto pelo participante de pesquisa, foi solicitada a leitura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participação como entrevistado. O consentimento com os termos da entrevista e da pesquisa, como ficou expresso no TCLE, foi dado a partir de manifestação verbal antes do começo de cada entrevista, e consta gravado em vídeo. As entrevistas foram realizadas em inglês e em português, com quem o tinha como língua materna. As citações das falas dos entrevistados que constam ao longo do trabalho foram traduzidas pela própria autora.

O método de entrevista semiestruturada foi eleito para a coleta dos dados nessa pesquisa, não só por sua qualidade em aprofundar as questões investigadas, mas também por possibilitar a obtenção de informações contextuais e, assim, a conexão entre contexto, sujeito e o dado específico que está sendo examinado, no caso: a ligação entre as percepções sendo enunciadas, o contexto e a situação dos estudantes interlocutores (GASKELL, 2002). Além disso, entende-se que ao responder oralmente, os entrevistados (participantes de pesquisa) contam com mais paciência e motivação para falar, o que faz com que as respostas sejam mais completas. Essa dinâmica possibilita uma maior flexibilidade que dá chance a respostas desejadas com uma maior quantidade de informações, e, também, possibilitando a identificação de contradições espontâneas. O método de entrevista pode ser considerado mais adequado para assuntos mais complexos. Normalmente, esse método possibilita uma maior relação de confiança entre o pesquisador e o entrevistado, benéfica para o fornecimento de informações (GOLDENBERG, 2004).

Para a coleta de participantes foi considerado o método bola de neve, o qual consiste em um método em que se parte de alguns poucos indivíduos parte da população, chamados de “sementes” e que são considerados a “onda zero”, a esses é pedido a indicação de um número de outros indivíduos que eles consideram fazer parte do mesmo grupo alvo, esses vão formar a “onda um”, posteriormente, o processo se repete até que o pesquisador esgote as indicações ou esteja satisfeito (DEWES, 2013).

Vinuto afirma que

Se a preocupação da pesquisa estiver relacionada a uma população relativamente pequena de pessoas, que possivelmente estejam em constante contato umas com as outras, a amostragem em bola de neve pode ser uma forma eficaz para construir uma base de amostragem exaustiva. (2014, p. 207)

Já Dewes considera que o método bola de neve se aplica bem às populações de difícil acesso ou desconhecidas, em que não é possível, ou é muito difícil, obter uma lista de seus membros (2013). Visto que a população de intercambistas em ensino superior em Bruxelas no semestre de 2020/21 é um grupo pequeno, que esteve em constante contato em vista da possibilidade de criação de redes de amizade durante a experiência em comum, e que possivelmente ainda possuem ligações um com os outros, assim como, é uma população difícil de acessar os membros se não por contato com as instituições de ensino diversas da cidade, o que levaria muito tempo, se faz mais conveniente o uso de tal técnica de coleta de participantes.

Assim, a pesquisa abrangeu 11 estudantes. Foi priorizado a diversidade dos países de origem desses estudantes durante a coleta dos participantes, a qual partiu de contatos já existentes. Foram, primeiramente, selecionados 5 estudantes de quem já se havia o contato e que, formaram a chamada “onda zero”. Quatro dessas “sementes” compreenderam o objetivo da pesquisa e concordaram em realizar a entrevista. E, então, assim foram feitas as primeiras 4 entrevistas. No lugar do estudante que se negou a fazer a entrevista, foi tentado contato com um outro estudante do mesmo país e após nova negativa, um terceiro estudante de outro país concordou em dar a entrevista.

Posteriormente, ao longo do andamento das primeiras entrevistas, foi ampliado a amostragem inicial a partir do método bola de neve. Desse modo, foi solicitado ao entrevistado, ao final da entrevista, o contato de mais algum ou alguns estudantes que haviam realizado intercâmbio em paralelo, no sentido de para dar seguimento à montagem da amostragem.

Assim, com as indicações da “onda zero” foi formada a “onda um” com 5 outros estudantes que consentiram com os termos da entrevista e dela fizeram parte. Uma última pessoa formou a “onda dois”, não por falta de indicações, mas por uma escolha prática para facilitação da análise e por falta de tempo.

Os estudantes com quem foi feito contato se mostraram dispostos para realizar a entrevista e não houve grandes dificuldades na execução desta. Todas se realizaram em um intervalo temporal de 15 a 30 minutos. Posteriormente, foi feita a transcrição das entrevistas para prepará-las para análise.

Respeitando-se a ética em pesquisa com seres humanos, a identidade dos estudantes foi preservada, e se deu ao longo da pesquisa de forma individual e anônima, onde somente a autora teve acesso aos pesquisados. A garantia de anonimato proporciona ao autor uma liberdade maior na execução da pesquisa, quando se responsabiliza pela mesma. Além disso, os respondentes se sentem mais livres em suas respostas (FONSECA, 2008). Nesse sentido, um participante de pesquisa (pesquisado) não teve acesso às falas de outros, nem ao conhecimento da identidade de quaisquer outros participantes, se não aqueles que eles mesmos indicaram. Foram utilizados números no lugar da identificação dos participantes da pesquisa.

Entre os 11 entrevistados, haviam 2 com 21 anos de idade completos na data da entrevista, 3 com 22 anos, outros 3 com 23 anos, 2 com 24 anos e 1 com 28 anos. Ou seja, em sua maioria, os entrevistados possuíam entre 21 e 24 anos, com uma exceção de um entrevistado com 28 anos. 8 dos participantes se identificavam como mulher e 3 como homem.

Os países de origem dos entrevistados estão, em sua maioria, localizados no continente Europeu, com exceção de um entrevistado que o país de origem é a China. Assim sendo, o país de origem dos entrevistados se distribui da seguinte forma: um entrevistado da Finlândia, um da França, um da Rússia, um da Itália e um da China; dois da Espanha, dois da República Checa e dois de Portugal. Desses 8 países, 6 fazem parte da União Europeia, com exceção da Rússia e China.

Adicionalmente, dois dos entrevistados realizaram a mobilidade acadêmica em questão durante o curso para obtenção do título de mestre, enquanto os outros 9 cursavam a graduação. Ademais, 4 dos entrevistados cursaram ou estavam cursando títulos relacionados à Administração ou Economia Empresarial (Economia empresarial, duas vezes; Administração e Línguas Modernas; Administração Internacional), 2 haviam graduado, recentemente, em Direito, 1 em Ciências Políticas e Administração Pública, 1 em Multimídia, 1 cursava Publicidade e Relações Públicas, 1 cursava Jornalismo e 1 havia finalizado o mestrado em Estudos Urbanos.

Em resumo, todos os participantes da pesquisa estudaram ou estudavam em cursos na área das Ciências Humanas, 8 em Ciências Sociais Aplicadas e 3 em Ciências da Comunicação. É possível que Bruxelas, conhecida como a capital da Europa por ser a casa de diversas instituições da União Europeia, seja um destino

de mobilidade acadêmica procurado principalmente por estudantes de Ciências Humanas Aplicadas devido a pertinência da existência da União Europeia para o estudo e para a vida profissional dos que atuam nessa área, já que, 10 dos estudantes afirmaram fazer parte do programa Erasmus+, o qual seleciona o país de destino dos acadêmicos baseado em uma lista de preferência feita por eles mesmos.

Para a análise dos dados coletados através da entrevista, foi feito o uso da “Análise de Conteúdo” de Bardin, a qual funciona como um conjunto de instrumentos metodológicos que são aplicados a comunicações diversas e que tem com base a inferência, além de abranger tanto um rigor com objetividade, quanto abre espaço para a subjetividade (BARDIN, 2016, p. 15).

Na Análise de Conteúdo,

[...] a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também, e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações, não é, ou não é unicamente, uma leitura “à letra”, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. (BARDIN, 2016, p. 47)

Tal esforço recai em inferências sobre as condições de produção da informação expressa pelo emissor, ou seja, conhecimentos sobre o emissor, o seu meio, as causas e antecedentes da mensagem, o efeito das mensagens, assim como, “[...] variáveis psicológicas do indivíduo emissor, variáveis sociológicas e culturais, variáveis relativas à situação de comunicação ou do contexto de produção da mensagem.” (p. 40).

A análise foi feita seguindo os passos enunciados por Bardin. Primeiramente, a transcrição das entrevistas. Em segundo lugar, a leitura flutuante de todas as entrevistas individualmente. Em terceiro lugar, a codificação dos dados, momento em que foram elaboradas e preenchidas as tabelas. Por último, a categorização dos elementos, feita ao longo da descrição e discussão dos dados (BARDIN, 2016).

3 A MOBILIDADE ACADÊMICA

Todos os jovens que participaram deste estudo fizeram parte de algum programa de mobilidade acadêmica internacional. Tais programas possibilitam o desenvolvimento de perspectivas internacionais e interculturais, as quais fazem parte do processo de internacionalização do currículo cujo objetivo é o aprendizado e o engajamento estudantil na diversidade do mundo e em seu local de aprendizagem (LEASK, 2015). A internacionalização do currículo é um processo que se conecta com o de globalização na medida em que busca o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atitudes voltados a desenvolver a cidadania global, ou seja, que irão preparar os estudantes para viver e trabalhar dentro de uma sociedade global cada vez mais rapidamente conectada. Para além disso, deveria ser viabilizadora de uma crítica capaz de “desestabilizar paradigmas dominantes que sustentam o *status quo*” (LEASK, 2015, p. 12), da capacidade de articular com diferentes culturas, de pensar de forma global e de dominar a utilização de padrões globais na sua atuação local e também solucionar problemas globais através de pensamentos universais. A importância de um currículo internacional se baseia na seguinte análise:

Os grandes problemas do mundo, como a pobreza, a disseminação de doenças infecciosas, a capacidade de alimentar no futuro uma população mundial em crescimento e as questões de sustentabilidade ambiental necessitam que os graduados de amanhã não sejam mentalmente restritos ou limitados. Desse modo nós precisamos que os estudantes de hoje tenham acesso ao conhecimento e à sabedoria de todas as partes do mundo, sejam abertos para novas ideias sem importar a origem das mesmas, desenvolvam a capacidade de resolver problemas complexos e encontrem soluções inovadoras, e que sejam compromissados com ações que beneficiem os outros, além deles mesmos. (LEASK, 2015, p. 23, tradução nossa)

Morosini e Ustárroz (2016) sublinham, nesse sentido, que para além da internacionalização que visa à adaptação das políticas educacionais às demandas econômicas e mercadológicas mundiais, há um dever de cumprir com uma responsabilidade social, intrínseca ao processo, a qual se desenvolve através da incorporação da cidadania global na formação dos estudantes, fomentada pelo desenvolvimento de competências interculturais e pelo currículo internacionalizado.

De acordo com a UNESCO (2015), o conceito de cidadania global advém da situação global de interdependência e interconectividade entre os países em diversas áreas em razão do comércio internacional e que a partir daí, as

preocupações com o bem-estar ultrapassam fronteiras nacionais porque o global influencia fortemente o local. Desse modo, a cidadania global é um sentimento que pertence à comunidade ampla, um modo de viver “[...] com base em valores universais, por meio do respeito à diversidade e ao pluralismo”. Uma educação para a cidadania global, um dos objetivos da internacionalização do currículo, visa ao pensamento crítico sobre os problemas que se apresentam na realidade concreta capaz de suscitar soluções criativas e inovadoras, a preocupação em questionar ao levar em conta os grupos minoritários, os discursos oficiais e portando uma postura crítica, engajar os sujeitos em ações coletivas e individuais que fomentem as mudanças sociais desejadas e abranger a participação na comunidade ampla (UNESCO, 2015, p.16).

As estratégias de internacionalização do currículo podem variar dependendo do contexto econômico, social e sociocultural de cada local, mas podem se dar através da presença de estudantes internacionais, da mobilidade virtual, da diversificação do perfil dos alunos em sala de aula, tanto com estudantes estrangeiros quanto com minorias locais, da promoção de uma perspectiva internacional, globalizada, dentro das disciplinas e através da mobilidade acadêmica (LEASK, 2015).

A mobilidade acadêmica, como parte do esforço de internacionalização do currículo, possibilita aos participantes adquirir competências chamadas “interculturais”, as quais fazem parte do capital simbólico adquirido tanto antes da partida do estudante, quanto durante o processo de mobilidade (MURPHY-LEJEUNE, 2007). A mobilidade internacional por si só é uma experiência intercultural que coloca o estudante no lugar do “outro”, fazendo-o ter que se adaptar e transformar a si mesmo, sempre o testando como pessoa; desse modo, faz com que o estudante possa mudar na direção de se tornar uma pessoa mais aberta, tolerante, flexível, curiosa, que questione a si mesmo e aos outros (MURPHY-LEJEUNE, 2003).

No caso do programa Erasmus Mundus, criado em 2004, o objetivo da mobilidade proposta por ele seria lidar com os desafios da globalização, adaptando sistemas educacionais a esse objetivo e aumentando a visibilidade das instituições de ensino europeias, além de fomentar o diálogo intercultural entre a União Europeia e o resto do mundo (GRISOTTI e PIRES, 2017). O enfoque em posicionar a União Europeia e suas instituições de ensino no mercado de conhecimento global em um

lugar de referência aparece aqui, assim como no que constata Van Mol (2011) em sua pesquisa. Os impactos relatados pelos estudantes, que em sua maioria se moveram da América Latina para um período de mobilidade em países europeus, foram positivos para, em primeiro lugar, a carreira profissional; em segundo lugar, a aquisição de conhecimentos especializados; em terceiro lugar, a personalidade; em quarto lugar, as atitudes frente à União Europeia e, em quinto lugar, a vida privada e social dos participantes. Tal estudo englobou para além de acadêmicos da graduação, acadêmicos de pós-graduação e profissionais acadêmicos (GRISOTTI e PIRES, 2017).

A mobilidade acadêmica pode ser entendida como um capital simbólico importante, “um diferencial na vida pessoal e profissional dos participantes”, que faz o sujeito detentor desse capital “[...] aberto a experiências novas, ao alargamento dos limites de seu conhecimento, de suas experiências pessoais e profissionais e de suas certezas culturais” (OLIVEIRA e FREITAS, p. 792).

Quanto à educação, Dalcin (2011) conclui que a interculturalidade ainda visa à equivalência do valor das culturas, a superação do etnocentrismo, a comunicação entre culturas, a adaptação ao multiculturalismo, “a construção de uma sociedade democrática, plural, humana” (p. 9), a ação coletiva em busca da justiça social e da equidade, instigar os estudantes “[...] à construção de pensamentos abertos, à contínua aquisição de saberes, à experimentação, ao exercício de competências operativas de auto-suficiências e de interdependência, e uma sistemática atualização da informação em todas as áreas da vida” (DALCIN, 2011, p. 81), à capacidade de investigação e reflexão, bem como à aquisição de saberes voltados à promoção de uma cidadania responsável, tendo em vista a importância de mudanças voltadas à construção de uma sociedade democrática e humana. A mobilidade estudantil ainda é capaz de qualificar os recursos humanos e compartilhar tecnologias e resultados de pesquisas científicas (Idem, 2011).

Taschetto e Rosa (2019) identificam a mobilidade estudantil como uma experiência transcultural capaz de fomentar uma formação humana para além das instituições de ensino envolvidas. Por outro lado, os mesmos autores, na mesma obra, identificaram dificuldades de estudantes brasileiros que participavam da mobilidade em Portugal em serem aceitos na cultura, relatando episódios cotidianos de preconceito contra os alunos estrangeiros.

Cardoso e Ribeiro (2019) encontram nos resultados da mobilidade acadêmica um processo natural do humano, através de práticas de solidariedade, diálogo e compartilhamento, de construção de uma cultura interdisciplinar, democrática, que engloba a diversidade e que constrói o conhecimento coletivamente, criando novas formas de ver o mundo.

Tecchio (2019, p. 42) conclui que a mobilidade acadêmica colabora para “[...] o desenvolvimento pessoal, para a ampliação da visão cultural, para a ampliação da visão de mundo, para a ampliação da comunicação intercultural, para a formação acadêmica, para o enfrentamento de desafios”.

Ainda que os achados de Morley et al. (2018) vão ao encontro da ideia de que a mobilidade como internacionalização beneficia o estudante aumentando a empregabilidade, as suas competências culturais e a cidadania global, outros aspectos não positivos da mobilidade são sublinhados, como o sentimento de deslocamento e, de ser um instrumento e reproduzidor do saber, e não de criador.

Outro estudo, de Paige et al. (2009), ao analisar o nível de envolvimento com questões globais de pessoas que passaram pela experiência de mobilidade acadêmica, conclui que esses foram influenciados positivamente, no longo tempo, a se envolver mais com engajamento cívico, produção de conhecimento, filantropia, empreendedorismo social e simplicidade voluntária. A categoria que mais se destacou foi a simplicidade voluntária, ou seja, a maior influência da mobilidade no engajamento social foi a adoção de práticas de vida mais simples, muitas vezes, associadas à uma preocupação com um meio ambiente sustentável. Porém, deve ser considerado que, além de encontrar essa influência em apenas 50% dos respondentes, a pesquisa analisou perguntando diretamente para os participantes de mobilidade acadêmica, não houve comparação com não participantes de mobilidade acadêmica e não levou em consideração as aspiração pré-mobilidade

Entre os estudantes de mobilidade acadêmica europeus, é constatado que as experiências interculturais acontecem principalmente entre os próprios estudantes internacionais e que, quando adotada uma postura reflexiva nas interações, os faz questionar suas concepções, o que possibilita a eles a desconstrução de estereótipos culturais, a mudança de perspectiva em relação a anteriores verdades e, uma mente mais aberta e inclusiva frente à diversidade (SOBKOWIAK, 2019).

Para além disso, na Europa, a mobilidade acadêmica toma um sentido um pouco diverso. Com a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior, após a declaração de Bolonha (1999), esforços foram feitos para promover o trânsito livre de académicos entre países, principalmente quanto à mobilidade estudantil (CACHAPUZ, 2009).

Em 2018, estima-se que 59% dos graduandos europeus que participaram de mobilidade acadêmica o fizeram através de algum programa da União Europeia, e, em alguns países, esse número alcança ou chega próximo de 100% (EUROSTAT, 2018). O programa mais popular de mobilidade acadêmica da União Europeia é o Erasmus+. Tal programa tem o objetivo de

apoiar, através da aprendizagem ao longo da vida, o desenvolvimento educativo, profissional e pessoal dos indivíduos nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto na Europa e mais além, contribuindo assim para o crescimento sustentável, o emprego de qualidade e a coesão social, bem como para impulsionar a inovação e reforçar a identidade europeia e a cidadania ativa. (COMISSÃO EUROPEIA, 2021, p. 7)

Ou seja, a criação de programas de mobilidade europeus tem sua razão, além do intuito educacional clássico, em uma justificativa cívica, a criação de cidadãos europeus, de uma ideia e sentimento nos participantes de cidadania europeia, e uma justificativa econômica, promover o mercado de trabalho europeu e a livre circulação de profissionais, assim, aumentando o poder de competição da Europa na economia global de conhecimento (VAN MOL, 2011).

Apesar de alguns estudos concluírem em concordância aos objetivos econômicos do programa, Van Mol (2011) encontra alguns problemas a serem analisados em tais pesquisas e ao conduzir sua própria; provou que não necessariamente a experiência de mobilidade acadêmica dos académicos europeus o tornavam mais propensos a trabalharem no estrangeiro, mas que essa propensão já é encontrada em estudantes que aspiram fazer parte de um programa de mobilidade. Ou seja, a mobilidade não fomenta, da forma que se acredita, a aspiração para trabalhar no estrangeiro pois ela já está presente nos estudantes antes mesmo deles fazerem parte da mobilidade. Tal achado chama atenção para o fato de que a influência da mobilidade não é tão forte nesse aspecto e que os atributos achados nos estudos pós-mobilidade podem já estar presentes nos participantes antes mesmo de saírem de seus países (VAN MOL, 2011).

As falhas encontradas nas pesquisas anteriores se dão em razão da ausência de comparativo com a propensão dos estudantes anteriormente à

experiência de mobilidade, ou seja, de observância da hipótese de que as propensões à vida no estrangeiro podem já estar presentes nos sujeitos antes da mobilidade, servindo até como motivação para esta. Tal estudo suscita a hipótese de que a experiência de mobilidade pode não ser tão transformativa como concluem outras pesquisas (VAN MOL, 2011).

Em adição, a literatura aponta para a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre como as desigualdades socioeconômicas nacionais podem ser transpostas na mobilidade acadêmica internacional, ao encontrar entre os participantes um sentido de que pouco eles contribuem para a construção do conhecimento em suas experiências e muito mais trabalham limitados a reproduzir o conhecimento produzido no país de destino, sugerindo que “a circulação de conhecimento na economia global através da internacionalização do ensino superior pode ser mais limitado do que se assume” (MORLEY *et al.*, 2018, p. 550).

Nesse mesmo sentido, vale sublinhar que apesar dos ganhos individuais dos participantes, como o diferencial no currículo, o desenvolvimento de relações e a apreensão de uma outra cultura, em relação ao currículo, as experiências de mobilidade acadêmica mais promovem uma padronização desses, do que a adoção de perspectivas diversas (LIMA e MARANHÃO, 2011). A internacionalização nos moldes atuais acaba por, ao invés de abranger novas formas de conhecimento e epistemologias, reforçar o modelo educacional dos países hegemônicos, promovendo a padronização da educação, que por sua vez vai funcionar como instrumento de disseminação de parâmetros “de qualidade, cidadania e sucesso [de certas culturas] para as culturas tidas como menos importantes” (p. 494).

Como visto anteriormente, um dos principais objetivos da mobilidade acadêmica é o desenvolvimento da interculturalidade, chamado também por Lima e Maranhão (2011) de multiculturalismo, que significa agregar diferentes vozes em uma discussão, trazendo para a questão grupos historicamente marginalizados, buscando o respeito entre a diversidade no compreender e significar o mundo. Um outro objetivo da mobilidade é a valorização profissional, que torna o participante um candidato mais interessante para o mercado de trabalho. Nesses objetivos existe uma contradição inerente, visto que o segundo leva à necessidade de padronização dos currículos, alinhando as demandas na universidade com aquelas do sistema produtivo, e, por si só, já fechando o conhecimento em padrões específicos, em um só tipo de multiculturalismo, em contradição com o que se propõe com o termo. Para

os autores “isto está materializado nos temas tratados, nas abordagens priorizadas, na bibliografia obrigatória, na imposição de ler e publicar em inglês etc” (LIMA e MARANHÃO, 2011, p. 577).

Tal situação resulta na semiformação dos indivíduos participantes da mobilidade, que “consiste no aprendizado da satisfação das necessidades imediatas, restrita ao caráter afirmativo da cultura, expressa através do consumo de bens e serviços” (p. 577). A semiformação paralisa os indivíduos frente ao caráter contraditório da mobilidade, levando-os a adequação à realidade naturalizada, ao invés de resistir a ela, atrofiando “a capacidade do sujeito de contato com a realidade, sendo que esta passa a ser percebida somente através de seu discurso, de sua representação.” (p. 578). É desse modo que a mobilidade acadêmica, quando promove um “multiculturalismo desengajado”, favorece a subordinação de certas culturas econômica e politicamente mais fracas às dominantes, ao invés de promover uma crítica capaz de subverter essa situação (LIMA e MARANHÃO, 2011).

Lima e Maranhão (2009), salientam para um fenômeno de polarização do processo de internacionalização em que, de um lado estão os países com instituições de ensino consolidadas, os países do hemisfério norte, que se apresentam no processo no polo ativo, isto é, eles agem sobre os outros países com objetivos estabelecidos, através, principalmente, do acolhimento de estudantes internacionais. Consequentemente, são esses mesmos países que através da internacionalização, lucram direta e indiretamente, ampliam a sua influência no resto do mundo e se beneficia da mão de obra qualificada advinda de outros países (LIMA e MARANHÃO, 2009).

Já no polo passivo, estão aqueles países economicamente periféricos, que se colocam subalternamente, em um local de dependência das ações das instituições que estão no polo ativo. Esses países enviam seus acadêmicos para instituições do hemisfério norte, investindo em uma elite intelectual que ao voltar para os seus países serão guias no processo de modernização. Assim sendo, essa dualidade dá cabo para reafirmar e reforçar o desequilíbrio histórico que há entre os países periféricos do Sul e os países centrais do Norte, agora através das academias (LIMA e MARANHÃO, 2009).

A manifestação desse processo está nas disparidades entre os destinos dos estudantes internacionais, dado que, a América do Norte e a Europa juntos recebem mais estudantes que todas as outras regiões do globo agrupadas, as quais ficam

com uma parcela de apenas 10% deles. A América Latina é a região do mundo que menos recebe estudantes de fora, por falta de políticas de fomento à internacionalização ativa, em adição, envia seus estudantes principalmente para os Estados Unidos, seguido de alguns países da Europa. Dos 7 países que recebem 2/3 das matrículas internacionais, 6 estão no hemisfério Norte, com a exceção da Austrália, e 4 são anglo-falantes. Tal é a situação da internacionalização no mundo hoje, em que os países periféricos, por consequência, contribuem para o financiamento da educação nos países de economia central (LIMA e MARANHÃO, 2009)..

No Brasil, o processo de internacionalização como é hoje se estruturou no fim dos anos 90, tendo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como os principais responsáveis. O foco gira em torno da capacitação de recursos humanos, a qualificação das pesquisas acadêmicas e o desenvolvimento científico e tecnológico (FRANCA e PADILLA, 2016). O maior programa de mobilidade acadêmica é o Ciências Sem Fronteiras, que tem como objetivo “investir na formação de pessoal altamente qualificado”; “aumentar a presença de pesquisadores e estudantes [...] em instituições de excelência no exterior”; “promover a inserção internacional das instituições brasileiras”; “ampliar o conhecimento inovador” nas indústrias tecnológicas e chamar pessoal altamente qualificado para trabalhar no Brasil (CIENCIAS SEM FRONTEIRAS, 2022).

Pessoni e Pessoni (2021) argumentam que, hoje, o Brasil tem adotado uma postura passiva de internacionalização, baseada na saída para o exterior, e que a experiência funciona como um diferencial no mercado de trabalho para aqueles que participam, mas é acessível para poucos, situação que se agrava ainda mais nos últimos anos com a diminuição das verbas para os programas que fomentam a mobilidade. Os mesmos autores ainda afirmam que o governo não deve deixar de investir nos programas de intercâmbio, mas que esses devem ser pensados de forma a beneficiar, em primeiro lugar, o estudante brasileiro, e que haja uma devolutiva no retorno ao Brasil em forma de conhecimento e ensino (PESSONI e PESSONI, 2021).

Na relação de intercâmbio Portugal e Brasil, o primeiro é um parceiro estratégico no processo de internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras, pois, além da facilidade da língua, é um meio das instituições serem

reconhecidas internacionalmente (FRANCA e PADILLA, 2016). Por sua vez, Portugal se beneficia, aumentando seus recursos financeiros ao captar os estudantes brasileiros para estudar nas instituições portuguesas e, simultaneamente, mantendo uma certa influência cultural e epistemológica na produção acadêmica brasileira através do compartilhamento de teorias, pensamentos e citações.

Tal influência não é inovadora: antes mesmo de haver faculdades no Brasil, aqueles que tinham condições eram mandados para estudar na Europa, onde absorviam o conhecimento lá produzido e suas interpretações de mundo; essa colonialidade do saber se mantém nos dias de hoje, apenas sobre outras roupagens (FRANCA e PADILLA, 2016).

Nesse sentido, Gambrell (2018), após analisar a experiência de mobilidade de alguns estudantes americanos e realizar uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema, aponta para a possibilidade de o intercâmbio estudantil funcionar como um meio de reafirmar as ideologias coloniais, durante e após a mobilidade, na medida em que não possibilita a consciência das estruturas de poder e privilégios entre os estudantes e os países de destino. Assim, os estudantes acabam por recriar papéis coloniais em suas interações durante a estadia no estrangeiro. O autor ainda realça o fato de que, se o objetivo da mobilidade acadêmica é uma transformação sociocultural, o desenvolvimento de habilidades interculturais, a possibilidade de fazer parte de reflexões e diálogos interculturais, não precisariam então os estudantes saírem de seus países, mas realizar essas experiências dentro dos limites da sua própria cidade, ao entrar em contato com grupos de sua própria sociedade que ocupam o lugar de “outros”, dessa forma, os resultados poderiam ser ampliados, na medida em que seria uma atividade mais acessível, que mais estudantes poderia participar, deixando de ser, a interculturalidade, um atributo restrito a poucos. Assim, a mobilidade acadêmica só irá deixar de fazer parte de uma pedagogia dos privilegiados centrada nos brancos quando os programas e a literatura forem criados por e para os grupos marginalizados (GAMBRELL, 2018).

A globalização, a qual é parte o processo de internacionalização e, por consequência, a mobilidade, altera as práticas e políticas das instituições superiores de ensino, no sentido de fazê-las mais relevantes para as necessidades da economia global e, nesse processo, abdica das necessidades presentes no contexto

econômico, político e social, principalmente aquelas dos grupos sociais historicamente excluídos, nos países mais pobres (MACHINGAMBI, 2014).

A economia global requer que as universidades fomentem competição não só entre si, mas entre os próprios estudantes; a consequência disso é a transformação do conhecimento em mercadoria, assim como, a estratificação dos estudantes no mercado de trabalho em classes sociais, em oposição à ideia de igualdade de oportunidades. A internacionalização, principalmente em forma da mobilidade, soma para o processo de elitização da educação superior por ser acessível para poucos em razão do nível de investimento requerido, e por outro lado, pelo desequilíbrio da valorização social entre aqueles que participam e os que não (LIMA e MARANHÃO, 2009).

Quando as necessidades da economia global são englobadas pelas instituições de ensino superior, às custas da satisfação de necessidades da população local, elas passam a ser meios de reprodução das desigualdades no sistema educacional e do sistema de classes sociais na realidade inserida, servindo apenas em prol do mercado (MACHINGAMBI, 2014).

Moraes e Leal (2021) afirmam que a educação superior é um campo relacional de poder, onde também são manifestadas as desigualdades entre as relações Norte-Sul. Desde o período colonial, as universidades foram palco da institucionalização e normalização das relações de apropriação e exploração nas colônias; esse padrão de poder pode ser encontrado ainda hoje no modelo acadêmico dominante. A internacionalização, hoje, se encaixa dentro dessa lógica na medida em que é funcional para os interesses do capitalismo global, cumprindo com as necessidades da globalização e da demanda por competitividade. Internacionalizações que sejam epistemologicamente desobedientes, solucionem problemas complexos, tenham cunho efetivamente inovador, com práticas multi, inter e transdisciplinares, não instrumentais, mas que foquem em questões locais em detrimento a projetos globais, são as que podem ser chamadas de contra hegemônicas. Essas, ao se desvincularem da lógica do capitalismo global e de seus interesses de produção de conhecimento, são capazes de compreender que há mais funções para as instituições universitárias do que as atualmente pautadas, e que é possível romper com a ideia de uma ordem global do capital e se abrir para futuros alternativos e para a decolonialidade do saber, vislumbrando múltiplas possibilidades de conhecimento, de perspectivas epistemológicas, e a coexistência de diferentes

mundos. A internacionalização pautada na ideia de contra hegemonia, deve buscar a autonomia universitária e com isso, a não mimetização de outros modelos (MORAES e LEAL, 2021).

Ou seja, muitos dos benefícios atribuídos ao processo de internacionalização ficam apenas no discurso, sendo que, para ter real sentido, é necessário situá-lo dentro da história colonial mais longa, para assim, ter a consciência necessária para descontinuar a sua forma desigual e hierárquica, retirá-lo da matriz cultural do poder colonial e dos limites do imaginário global dominante (LEAL *et al.*, 2018).

Boaventura de Sousa Santos e Menezes (2010) compreendem que em toda experiência social existe produção de conhecimento e que, portanto, seu status de validade é sempre contextual, varia de acordo com diferenças políticas e culturais. A supressão dessa característica do conhecimento e a ausência da temática do contexto sócio-cultural e político são aspectos chave da epistemologia dominante nos séculos recentes, lançados através da pretensão de validade universal. Tal pretensão por sua vez, funciona como um dos artifícios através do qual o capitalismo global se impõe e que se mantém desde sua fase colonialista, o que indica que apesar de seu fim, as relações sociais que ela gerou ainda perduram. Essa universalidade da validade do conhecimento ocidental europeu, produzido em função do colonialismo, foi imposta aos povos e culturas não ocidentais com força da intervenção política, econômica e militar capitalista. Para tanto, suprimiram conhecimentos locais que não iam de encontro com os interesses capitalistas, aniquilando as diferenças culturais no processo. Santos (2010) entende que, por conseguinte, a diversidade epistemológica existente no mundo foi submetida a uma só que ficou no lugar de dominante, limitando a capacidade de inteligibilidade e de intencionalidade das experiências sociais e instaurando uma relação desigual de conhecimento, que passou a ser reproduzido e produzido majoritariamente, de acordo com sua utilidade ao modo de produção capitalista. O pensamento foi separado: de um lado ficaram os objetos de conhecimento e de outro os sujeitos conhecedores, sempre mais favorecidos pelas intervenções do saber no real (SANTOS, 2010).

Neste sentido, sublinhar a diversidade epistemológica do mundo significa se contrapor a essa forma desigual de conhecer o mundo, buscar reparar os danos históricos causados pelo capitalismo enquanto colonialismo, valorizar os saberes

que resistem e construir a horizontalidade dos conhecimentos (SANTOS e MENEZES, 2010). Isso é o que os autores chamam de “Epistemologias do Sul”, uma forma de resistência epistemológica que é intrinsecamente resistência política. Para Santos (2010), “Epistemologias do Sul” são epistemologias contra hegemônicas, em que o conhecimento geral é somente a impossibilidade de haver conhecimento geral, e construí-lo demanda ligações locais-globais que conectem as experiências subalternas, uma reavaliação dos impactos das formas de conhecimento no real e um grau elevado de autorreflexividade para aqueles que produzem o conhecimento. Esse tipo de conhecimento contra hegemônico pode servir para os processos de internacionalização que contemplem haver um impacto social positivo.

Em consonância com a necessidade de contextualização da produção do conhecimento é que Moraes e Leal (2017) reivindicam que, para cumprir com suas promessas oficiais, é necessário que os projetos de internacionalização não contextualizados e prontos sejam substituídos por outros que sejam desenvolvidos em vista da função social das instituições de ensino superior e as necessidades internas nas nações, mas também capazes de realmente abranger diferentes compreensões da realidade. Nessa missão é importante que os sujeitos desses locais dominados, dos países do Sul, se vejam como pontos centrais de referência e que a internacionalização vise formar “[...] cidadãos conscientes de sua condição e “sensíveis aos assuntos relevantes de sua sociedade” (GUERREIRO RAMOS, 1996, p. 79), engajados com o destino de seu povo, capazes de desafiar conceitos aparentemente justificados, de refletir e de intervir criticamente em um mundo revestido de complexidade que nos redesenha continuamente.” (MORAES e LEAL, 2017, p. 21)

Por fim, entende-se que, com base nesses autores, é de extrema importância que no contexto universitário do Sul-Global a internacionalização curricular busque “[...] contemplar diferentes lógicas e formas de pensar, com criticidade e assimilação crítica em relação às determinações exteriores, no lugar de incorporar uma forma particular de cultura (eurocentrada), própria de um sistema produtivo que tende a reduzir a Universidade às suas demandas.” (MORAES e LEAL, 2017, p. 20).

Em resumo, a discussão sobre a experiência de mobilidade acadêmica estudantil, a qual faz parte de um esforço maior de internacionalização dos currículos, não deve desprezar as discussões sobre formas de conhecimento

possíveis, dominantes, hegemônicos e contra hegemônicos, sobre colonialismo, globalização e modos de produção, se o intuito final for a formação de estudantes capazes de compreender a diversidade no mundo.

4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais são elaborações sobre sujeitos, fatos, objetos diversos, intrínsecas à vida concreta e suas múltiplas formas e instâncias, dado que, através delas são elaboradas e reelaboradas em processos constantes que permeiam as relações sociais, as experiências práticas e os símbolos compartilhados. Nas palavras do próprio criador do conceito:

[As representações sociais] circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, dela estão impregnados. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica. (MOSCOVICI, 1978, p. 41)

A teoria das representações sociais nasce a partir de Serge Moscovici na França, na metade do século XXI, dentro da Psicologia Social, enquanto o mesmo procurava entender de que forma a psicanálise se espalhava nas mentes do país (DUVEEN, 2007). O mesmo autor, em sua vida e obras, defendia que entre a Psicologia e a Sociologia há uma relação de interconexão quando se dedicam a compreender os fenômenos sociais, por essa razão, a criação do conceito de representação não poderia deixar de fazer parte do campo da psicologia social do conhecimento. Isso quer dizer que as representações sociais atravessam o psicológico e o social na construção das formas inteligíveis de conceber a realidade, intrinsecamente, social (DUVEEN, 2007).

O estudo das representações sociais é o estudo da construção social dos conhecimentos cotidianos e seus significados, dos saberes do senso comum, das formas dos sujeitos sociais interpretarem as suas realidades e tudo àquilo que existem nelas (JODELET, 2018).

As representações sociais são formas de dar sentido a um objeto, situá-lo no universo do real, fazê-lo compreensível, ou seja, interpretá-lo, mas que também funcionam como criadores de comportamentos e relações do homem com o seu

meio, capaz de modificar tais relações e determinar comunicações, valores e ideias (MOSCOVICI, 1978). Elas são criadas a partir de observações e testemunhos acumulados sobre um dado tema a que a representação se refere, ou seja, a partir de percepções baseadas na experiência e conceitos compartilhados que se engendram reciprocamente. Falar sobre as representações sociais, significa falar sobre o meio existente de apropriação do universo exterior (MOSCOVICI, 1978).

Ao representar um objeto, não significa que ele vai ser imitado em pensamento, reproduzido como é, mas ocorre um processo que acrescenta a ele, modificando-o, como em um processo de interpretação em que para além da coisa interpretada, é acrescentado um sentido a mais, embora a aparência, muitas vezes, seja de que estamos a captar a realidade em si, abstraindo o real do material, fazendo nos esquecer que as representações sociais surgem de nós mesmos e que passam para além do material, através do psíquico e do social (MOSCOVICI, 1978, p. 58).

Isto é, a existência das representações sociais depende, não só dos objetos representados por elas, mas de um segundo polo, o sujeito que forja a representação, que observa, que processa, que a utiliza no contato com o universo do real e mesmo do intelectual. As representações sociais não existem sozinhas no mundo, elas precisam ser emitidas, e são, através do aglomerado de enunciações dos coros coletivos (MOSCOVICI, 1978). Jodelet afirma que “A representação social é sempre uma representação de alguma coisa (objeto) e de algum (sujeito). As características do sujeito e do objeto terão uma incidência sobre o que ela é” (1993, p. 9).

Assim sendo, podemos dizer que as representações sociais estão entre os grupos sociais e os objetos representados, primeiramente, à medida que são produzidas socialmente, em coletivo, e posteriormente, nas funções que as mesmas cumprem quando externalizadas em ações (MOSCOVICI, 1978).

As representações sociais não são individuais, mas socialmente compartilhadas, situadas em um discurso social mais amplo que a representação do indivíduo e até mesmo do assunto. Assim, são a articulação da situação da pessoa no mundo, mesmo que de forma irrefletida, e podem levar à reprodução de estruturas sociais existentes. Portanto, a compreensão das representações sociais auxilia no esclarecimento de fenômenos coletivos (GRISOTTI, 2004).

Ao analisar os discursos enunciados sobre AIDS, Jodelet (1993) percebeu que os mesmos poderiam ser sintetizados em representações sociais e que a produção dessas representações sociais se davam variavelmente dependendo dos valores dos grupos sociais que as significam e de seus saberes anteriores, estando “[...] ligadas a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, bem como à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva do indivíduo” (p. 4). Tais representações são para os indivíduos que as forjam a representação da própria realidade, se solidificam como uma visão consensual do real para aqueles grupos em que elas existem.

Como apresentado anteriormente, as representações sociais são o resultado da síntese entre observações e testemunhos; tais testemunhos carregam também a marca de quem o profere e seus interesses, através da forma que se encontra organizado, como foi inventado ou suscitado, e informado. Entretanto, elas não surgem de um indivíduo isolado, mas de uma coletividade com a qual se relacionam reciprocamente, sendo uma, atributo fundamental da outra (MOSCOVICI, 1978), fazendo da representação uma construção e uma expressão do sujeito e de suas circunstâncias, daí, incorporado a várias coletividades. Ou seja, as representações sociais, como formadas em coletivo, são capazes de expressar informações importantes sobre o mesmo, assim como, o coletivo é imprescindível para a compreensão das qualidades das representações sociais (JODELET, 1993).

Complementarmente, as representações sociais ganham o adjetivo de “sociais”, pois são uma preparação para a ação, assim, agem sobre o social, a vida material e as suas manifestações, já que prepara e produz comportamentos, ações, capazes de modificar as relações o meio ambiente em que se inserem (MOSCOVICI, 1978). Em outras palavras, uma representação “[...] contribui exclusivamente para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais.” (p.77), ademais, sua elaboração visa a “Resolver problemas, dar uma forma às interações sociais, fornecer um molde à conduta[...]” (p. 79). Isso vale dizer que as representações sociais trazem consigo uma razão de ser, um motivo, um porquê (MOSCOVICI, 1978).

Consequentemente, as representações sociais podem ser classificadas como uma forma prática de conhecer (JODELET, 1993). Isto é,

Qualificar esse saber [o das representações sociais,] de ‘prático’ se refere à experiência a partir da qual ele se produz, aos quadros e condições nos quais insere, e sobretudo ao fato de que a representação serve para agir

sobre o mundo e o outro, o que esclarece suas funções e sua eficácia sociais. (p. 10)

Assim, as representações sociais evidenciam a inter-relação entre “[...] as formas de organização e comunicação sociais e as modalidades do pensamento social[...]” (JODELET, 1993, p. 11).

Dessa forma, se justifica o esforço de Moscovici, ao elaborar a teoria das representações sociais, de defender a interconexão do social e do psíquico, sempre coletivo, na produção do conhecimento, já que,

As representações sociais, enquanto formas de conhecimento, são estruturas cognitivo-afetivas, desta monta, não podem ser reduzidas apenas ao seu conteúdo cognitivo. Precisam ser entendidas, assim, a partir do contexto que as engendram e a partir de sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano (SPINK, 1995, p. 118)

Apesar de enunciadas por indivíduos, por não estarem isolados, tais representações sociais são expressões de tendências coletivas dos grupos nos quais os indivíduos participam (SPINK, 1995). Designadamente, “[...] as categorias que servem para a classificação das coisas são solidárias com as formas de agrupamento social, as relações entre classes são aquelas que organizam a sociedade” (JODELET, 1993, p. 11). Assim sendo, podemos afirmar que a produção do conhecimento se baseia largamente nas formas sociais de vida e suas relações; as ideias, as representações sociais, só existem com base na vida social.

Com isso em mente, ao pesquisar sobre as representações sociais, é sempre necessário que o pesquisador leve em conta o contexto do sujeito que enuncia tais representações. Por serem produtos sociais, o pesquisador não pode deixar de localizar as representações sociais em seu devido contexto de produção, as condições sociais em que elas são elaboradas, tanto através do contexto sócio-histórico em que elas surgem, quanto na forma prática, funcional que se ambienta entre as relações sociais (SPINK, 1995).

Desse modo, ao analisar as representações sociais de um certo objeto, de alguns sujeitos participantes de um determinado grupo, podemos obter uma representação que se conecta a esse grupo, ou seja, o pensamento do indivíduo, bem contextualizado, exprime o pensamento do grupo (SPINK, 1995).

Entretanto, as representações sociais são sociais, e não coletivas, isso significa dizer que por mais que elas expressem um coletivo, ainda assim, elas são sustentadas subjetivamente (JODELET, 2018).

A teoria das representações sociais, ainda, destaca o caráter contextual da produção das representações e, assim, concorda com a desconstrução da ideia de verdade absoluta ao colocar que cada saber tem suas condições reais de produção e que se baseia na vida real, material e suas relações sociais (JODELET, 2018). Assim, elas sempre têm algo a dizer sobre a realidade em que se inserem (Idem, 1993)

Entre aquilo que incide sobre as representações sociais de um certo grupo, estão “As instâncias e ligações institucionais, as redes de comunicação mediáticas ou informais” que, abrem a “via dos processos de influência, às vezes de manipulação social” (JODELET, 1993, p. 4).

Como visto anteriormente, as representações sociais como uma “preparação para a ação”, carregam um porquê, estão implícitas nelas interesses práticos que se relacionam com o grupo dentro do qual elas surgem (MOSCOVICI, 1978). Porém, isso não significa dizer que as representações sociais sejam sempre algo negativo, uma elaboração enganadora, cínica, elas não carregam em si necessariamente nem um caráter positivo, nem pejorativo, são apenas elaborações simbólicas que podem servir diferentes propósitos, tanto no sentido de perpetuar relações assimétricas de dominação, quando no de transformar a realidade e contribuir para a emancipação humana (GUARESCHI, 2000). Logo, é possível concluir que as representações sociais, suas produções e suas estruturas, e não o conceito, carregam em si uma dimensão ética, que é necessário observar ao estudá-las.

Nesse sentido, Peneluc e Silva (2011), sublinham que o estudo das representações sociais pode ser capaz de auxiliar na superação de processos de alienação e dominação ideológica. Isso porque, o poder no presente contexto histórico, é sustentado por um aparato ideológico; tal aparato ideológico, por sua vez, tem sua condição de vida dependente do conteúdo do conhecimento, o qual se instala a partir da linguagem e das práticas discursivas, instâncias nas quais são estratificadas as representações sociais. Ou seja, o poder, sustentado por processos ideológicos tem de ser reproduzido e sustentado pelas representações sociais compartilhadas. Assim sendo, compreender tais representações sociais, é chave para desvelar as estruturas de poder implicadas (PENELUC e SILVA, 2011).

Outra característica chave das representações sociais é que elas são concebidas através da comunicação social, isto é, “[...] são forjadas na interação e em contato com os discursos em circulação no espaço público” (JODELET, 2018, p.

430), assim, pode cada indivíduo estar sujeito à influência de composições de discursos diversas e únicas. Desse modo, essa perspectiva destaca o fato que o subjetivo e aquilo que é social, cultural e histórico compõem juntos, de forma integrada, o conhecimento do indivíduo sobre o mundo, as representações sociais, fazendo com que os processos cognitivos e os práticos, dependentes dos contextos sociais, sejam indissociáveis, impossíveis de serem dicotomizados. Ademais, os âmbitos do privado, do social e do coletivo acabam por se estratificar nessa forma de conhecimento, situando-a “na interseção de três esferas de pertencimento: a esfera subjetiva, a esfera intersubjetiva, a esfera trans-subjetiva” (JODELET, 2018, p. 436).

Consequentemente, pode-se dizer que as representações sociais são híbridas, associam diferentes tipos de saber entrelaçados e que esses diferentes saberes podem pertencer a universos diferentes e contraditórios entre si. Jodelet (2018) chama atenção para que essas características tornam pertinente o estudo das representações sociais no contexto sócio-histórico e cultural da globalização, devido ao fato que, a globalização suscita o fenômeno do hibridismo cultural e do pluralismo de significados em situações locais. Isto é, a globalização tende a impactar as representações sociais ao trazer para a conta uma comunicação cultural mais ampla, assimilações culturais diversas, que em muito o estudo das representações sociais tem para agregar e, possivelmente, auxiliar na criação de uma relação crítica e inovadora com paradigmas importados, de forma semelhante à que Peneluc e Silva (2011) salientaram ao defender o potencial do estudo das representações no desvendar dos processos ideológicos por trás das estruturas de poder.

No sentido de contribuir para a presente pesquisa, destaca-se, também, o benefício indicado por Silva *et al.* (2005) em investigar as representações sociais da natureza, na medida em que possibilita “a aquisição de conhecimento, interpretação e reflexão dos diferentes olhares, valores, interesses, posições e práticas que circulam entre os grupos sociais acerca desse objeto.” (p. 42). Os mesmos autores observam que as diferentes representações sociais da natureza refletem na participação e no envolvimento dos atores sociais com a problemática ambiental. No mesmo sentido, Reis e Bellini (2011), acrescentam que investigar as representações sociais em relação com o meio ambiente é necessário “para entender como os agentes sociais estão captando e interpretando as questões ambientais, e

principalmente, como pensam e agem em situações concretas de sua realidade próxima” (p. 156).

As representações sociais são especialmente vantajosas para a pesquisa dentro das Ciências Sociais enquanto manifestação das visões do mundo real, compartilhadas pela linguagem, logo, capazes de indicar aspectos importantes da realidade, principalmente quando damos atenção à diversidade de visões de diferentes grupos, as quais podem indicar contradições e conflitos reais em meio à vida social (MINAYO, 1994). Dentro das representações sociais estão presentes tanto elementos de dominação, quanto de resistência, assim como, contradições e conflitos, visto que, “[...] elas são uma mistura das ideias das elites, das grandes massas e também das filosofias correntes, e expressão das contradições vividas no plano das relações sociais de produção.” (Idem, p. 109).

5 UM POUCO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Entre os seres humanos e seu sistema natural há uma relação vinculada, de dependência da natureza, como parte constitutiva dos homens, bem como, na capacidade de modificá-la. Marx denomina essa relação entre os seres humanos e a natureza de “metabolismo”, a qual advém das trocas energéticas e materiais, mediadas, por um lado, pelas leis da natureza e, por outro, pela sociedade, centrada na sua maneira de produção dos bens, por conseguinte, das relações sociais e da própria vida. Com o desenvolvimento das relações de produções capitalistas e a alienação do homem da natureza, surge uma falha metabólica que quebra as condições de sustentabilidade da natureza. Tal modo de produção rompe com esse “metabolismo”, na medida em que desconsidera as leis que sustentam a natureza, em detrimento do crescimento da produção. Essa falha metabólica pode ser percebida não só localmente, como no caso da Inglaterra, onde a busca por lucro máximo exauriu seu solo desde tempos históricos, mas também em nível global, com a transferência de recursos das colônias para os países colonizadores, visando ao sustento da produção ali desenvolvida (FOSTER, 2005).

Dessa maneira, Foster (2005) abre portas para uma discussão sobre ecologia que leva em conta também as relações internacionais de produção. Segundo o mesmo autor (2005), uma relação sustentável com a natureza necessita de um sistema de produção que leve em conta tal relação metabólica entre os homens e a terra, ao contrário disso, está a orientação capitalística para o lucro rápido e máximo. Juntamente com Brett Clark (2004), Foster funda a noção de “Imperialismo ecológico”, caracterizado pela transferência massiva de recursos de alguns países para outros, recaindo sobre a transformação total dos seus ecossistemas e da alocação da população. Quando alguns países centrais passam a explorar as vulnerabilidades ecológicas e a aumentar seu poder de controle imperialista sobre países periféricos, tal fenômeno transforma-se em uma falha metabólica de caráter global, tornando-se a caracterização central da relação do capitalismo com o meio ambiente. A exploração do imperialismo ecológico é uma das dimensões da “dívida ecológica”, outro conceito que os autores elucidam e que faz referência à dívida que os países industrializados do Norte têm para com os países de terceiro mundo ou “em desenvolvimento”, devido à extração de recursos

naturais, os danos ambientais decorrentes e o despejo de gases poluentes (FOSTER e CLARK, 2004).

Apesar de acomodar 25% da população mundial, os países do norte global consomem 75% dos recursos mundiais através da apropriação desses e, assim, ainda ocupam boa parte da capacidade de absorção carbônica da biosfera (FOSTER e CLARK, 2004). Para os países do sul, a dívida ecológica significa:

a extração de recursos naturais; termos de comércio desiguais; degradação da terra e do solo para a exportação do cultivo; outros danos e poluições não reconhecidos causados pelo extrativismo e o processo produtivo; apropriação de conhecimento ancestral; perda da biodiversidade; contaminação da atmosfera e oceanos; introdução de químicos tóxicos e armas perigosas; e o despejo de resíduos perigosos na periferia. (FOSTER e CLARK, 2005, p. 193, tradução nossa)

A exploração dos recursos naturais nos países de economia periférica faz parte da acumulação primitiva do capital dos países de capitalismo central e serve para a reprodução desse sistema nesses países que desde o início necessitaram da apropriação colonial e imperialista de produtos agrícolas, metais, petróleo e fertilizantes para se desenvolverem, deixando a extração e a expropriação dos recursos naturais como marcas históricas das atividades econômicas dos países dependentes e periféricos como posição na divisão internacional do trabalho (SANTOS e SILVA, 2021).

Caio Prado Júnior (1961) ao indagar sobre o sentido da colonização do Brasil evidencia que, desde a sua fundação, o país possui elementos econômicos estruturais que perduram através do tempo e deixam a marca do tempo colonial. O principal desses elementos é a produção agrária extensiva, voltada a exportação, baseada na exploração da terra e na transformação da riqueza natural local em recursos para a produção de bens de consumo, de forma a atender interesses comerciais externos. O fenômeno da predominância da exploração da terra se dá através da exploração rural, baseada na monocultura latifundiária, na mineração e no extrativismo em larga escala. Essa orientação, do Brasil como mero fornecedor para o comércio mundial, resultou em um país que explora seus recursos naturais de forma extensiva e simplesmente visando à especulação, mantendo-se dependente economicamente, mesmo após a declaração de independência. Esse fenômeno econômico de dependência a partir da exportação de bens primários, tem como consequência grave a concentração de riqueza e de terras.

Nas palavras do mesmo autor:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção às considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. (Prado Júnior, 1961, p. 26)

Prado Júnior afirma que a exploração desses gêneros que se revezavam a cada dado tempo, ocorria até que fossem esgotados todos os recursos naturais disponíveis como no caso da zona açucareira litorânea e das áreas mineradoras ou que findasse a conjuntura econômica favorável.

De acordo com Barcellos e Valadão (2012), existe uma forte conexão entre esse processo histórico de privatização e exploração da terra típico do Brasil e a problemática ambiental presente no país e, ainda que, a crise ambiental não se dissocia das outras crises, como a agrária, a urbana e todas essas da crise do capital. Salienta-se que as condições de uso, posse e propriedade da terra no Brasil, que se deram na forma anteriormente explicitadas por Caio Prado, com base na monocultura intensiva, na concentração de terras, na dependência econômica externa e na subordinação ao capital financeiro na agricultura, são tanto as causas da extrema desigualdade social do país, quanto dos danos e desequilíbrios ambientais como a degradação do solo, a contaminação de rios e lençóis freáticos, o desmatamento, entre outros desastres ambientais.

Em adição, a distribuição desigual de terras em uma concentração profunda de metade das terras na mão de uma minoria de proprietários, que são em grande parte empresas e capital estrangeiro e a exploração exaustiva das mesmas, consequências do modo brasileiro de se inserir na economia mundial, causam a expropriação contínua das populações locais de suas terras, tanto a população rural, quanto a população indígena e quilombola, assim como ameaça a existência desses mesmos povos. Essa realidade se evidencia com o processo de redução das reservas legais, de exploração econômica em florestas de preservação permanente e das tentativas de controle da autodeterminação dos povos (BARCELLOS e VALADÃO, 2012).

Se, no início, os interesses aos quais o Brasil servia eram os dos portugueses, na atualidade, são os das grandes corporações transnacionais e do latifúndio. Mantém-se o tal processo de exploração sobre a terra que acarreta na imposição de um padrão tecnológico e na industrialização da produção

agropecuária, responsáveis pela manutenção e pela intensificação da exploração dos recursos naturais no país (VALADÃO e BARCELLOS, 2012).

O Brasil, assim como outros países de economia periférica, são destinos muito procurados por empresas internacionais devido à disponibilidade de recursos naturais, a mão de obra barata, os Estados pouco protecionistas dos interesses locais, incluso os dos trabalhadores, que, além disso, criam incentivos fiscais e financiam tais atividades empresariais. Assim, grandes corporações e instituições financeiras globais, por promoverem a privatização da terra através da expansão do agronegócio, da mineração, do hidronegócio, da produção de biocombustíveis e da extração de madeira, promovem também danos devastadores para o meio ambiente e para as populações globais. Dessa forma, a expropriação territorial de populações locais e a mercantilização da terra e da biodiversidade, ou seja, o que constitui a questão ambiental no Brasil, é consequência do processo de acumulação do capital e da privatização da terra em sua forma brasileira (VALADÃO E BARCELLOS, 2012).

Desde o início do século, essa situação vem se agravando. Por um lado, o Estado continua garantindo a rentabilidade do mercado de *commodities* e da exploração da natureza, com a presença dos grupos econômicos relacionados ao agronegócio, à mineração e à energia. De outro lado, o poder econômico e político do país se estruturam para manter as relações econômicas capitalísticas brasileiras, a partir desses interesses arcaicos e forâneos. Nessa lógica, impõe-se situações como a apropriação dos recursos hídricos por empresas privadas, levando à instalação de barragens, as quais causam uma transformação radical nos modos de vida das populações locais, sem ao menos incluírem essas pessoas nas discussões acerca da implantação desses projetos e desconsiderando os impactos sociais e ambientais causados por eles. Além disso, na área da mineração, a escassez de reservas minerais no mundo impulsiona o avanço da exportação do minério in natura pelo Brasil e a exploração em minas, principalmente na Amazônia; é essa a razão da discussão sobre a mineração em terras indígenas que desconsidera a existência desses povos e defende a supremacia da mineração sobre outras formas de usar a terra (ACSELHAD *et al*, 2012).

Para além dos impactos da produção da mineração, essa vem acompanhada da instalação de outros empreendimentos como a infraestrutura de escoamento e de fornecimento de energia e água, as quais também possuem

grande impacto socioambiental nos territórios (SANTOS E SILVA, 2021). Em nome da agroexportação e da mineração, a expansão da fronteira agrícola e mineral, assim como, a realização de obras de integração regional avançam sobre os territórios onde vivem populações tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas (ACSELHAD *et al*, 2012).

Com a chegada da pauta das mudanças climáticas no Brasil, o que se fez foi incentivar a produção de energia através das hidrelétricas, independente dos impactos ambientais causados no processo, e através das usina nucleares, as quais carregam custos e riscos extremos, inclusive para a saúde física e mental e, para a segurança da população; por parte das grandes empresas, ao invés de mudar a forma de produzir, elas começaram a comprar créditos de carbono como forma de solucionar o problema, assim, a situação foi utilizada apenas para diversificar as estratégias de monetarização (ACSELHAD *et al*, 2012).

5.1 A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL NO GOVERNO BOLSONARO

Nos últimos anos, o contexto político brasileiro tem sido extremamente favorável à expansão do agronegócio visando à exportação de *commodities* (MONTEIRO, 2022), o qual se tornou o modelo produtivo hegemônico no Brasil (AGUIAR E RIGOTTO, 2021), ainda que isso signifique um avanço sobre os territórios, sem observar as questões ambientais e os territórios de populações tradicionais, inúteis para a produção capitalista (MONTEIRO, 2022). Mecanismos de extermínio, violência e expulsão dos povos originários de suas terras sempre foram e ainda são o principal meio de expropriação e de assimilação de lugares e formas de vida ainda não exploradas pelo capital (SANTOS e SILVA, 2021).

Hoje o agronegócio e suas redes de infraestrutura inerentes se expandem principalmente na Amazônia, mas também no Cerrado no Centro-Oeste e nos estados do Tocantins, do Maranhão, do Piauí e da Bahia (MONTEIRO, 2022). O processo para implantação do agronegócio acontece primeiro com o desmatamento da área visada e, posteriormente, com a grilagem da terra, o registro e a apropriação ilegal dessa área, para, assim, poder começar a explorá-la visando a plantação de grãos, com o uso de agrotóxicos, suprindo o mercado internacional. Há ainda procedimentos que podem ser feitos em que o grileiro se apropria da terra, através da própria burocracia estatal, sem nenhuma consequência e com possibilidade

quase nenhuma de reversão do processo. Em 2020, houve crescimento de alertas de desmatamento em todos os biomas, mas principalmente na Amazônia e no Pantanal; 46% dos municípios do país e todos do estado do Amazonas, do Acre, do Amapá e de Rondônia sofreram com desmatamento; 7% do desmatamento aconteceu em áreas indígenas, com um crescimento de 31% comparado ao ano anterior e metade desses mesmos territórios foram afetados (MONTEIRO, 2022).

Ademais, existe uma subnotificação das terras desmatadas pois algumas, onde há apenas a extração da madeira, os satélites não conseguem captar. Essas terras se encontram muitas vezes dentro de unidades de conservação, assentamentos ou terras indígenas e vêm acompanhadas de violências invisibilizadas. A expansão do agronegócio, também, pressupõe o aumento do uso de agrotóxico nas lavouras, pastagens ou florestas para a eliminação de insetos indesejados e plantas que são consideradas pragas. Esse recurso gera numerosos impactos ao ambiente, através da “[...] contaminação de lençóis freáticos, dos rios, dos poços, da água da chuva, da terra, do ar, da fauna e da flora” (MONTEIRO, 2022, p.93), e à saúde humana, como más formações congênitas, cardíacas e alterações osteomusculares em fetos, puberdade precoce em crianças com menos de 1 ano de idade, doenças antes raras, intoxicações agudas, alterações hepáticas e hematológicas, aumento do câncer infanto-juvenil, alterações cromossômicas e genéticas (AGUIAR e RIGOTTO, 2021). A exposição ocorre através do ar, da água contaminada, da má manipulação de uniformes contaminados, do descarte inadequado de embalagens.

Os agrotóxicos também estão sendo usados como armas químicas, de forma que populações tradicionais e da agricultura familiar estão sendo intimidados com ataques feitos com o uso da pulverização desses químicos sobre as áreas onde produzem e habitam como estratégia para a expropriação dessas terras (MONTEIRO, 2022).

Através dos processos de desterritorialização e vulnerabilização das populações em locais onde ele é implantado, o agronegócio acaba gerando, também, o comprometimento da soberania alimentar, causando desnutrição, obesidade e o aumento de doenças crônicas não transmissíveis, além de uma maior incidência de infecções sexualmente transmissíveis, maior prevalência de gravidez na adolescência, transtornos mentais, quadros de sofrimento psíquico, doenças

relacionadas ao trabalho, acidentes e óbitos no trabalho (AGUIAR e RIGOTTO, 2021).

Com o governo Bolsonaro, o meio ambiente passa a ser representado como uma barreira ao desenvolvimento. Conseqüentemente, torna essa uma justificativa para promover retrocessos na legislação ambiental, desconsiderando e retroagindo nas conquistas já obtidas nesse ramo (SANTOS e SILVA, 2021).

Nos últimos anos, com o governo Bolsonaro-Mourão, houve o aprofundamento do processo de reprimarização da economia, que significa a intensificação da centralidade de produtos primários, como agrícolas e minerais, e a diminuição de produtos industrializados na exportação brasileira, os quais haviam sido fomentados ao longo de décadas anteriores. Essa realidade de retrocesso da economia fez com que a gestão ambiental fosse sobreposta aos interesses econômicos orientados para a lucratividade do capital, tanto como os interesses das populações locais, ribeirinhas, da agricultura familiar, indígenas, quilombolas e a própria preservação da natureza. Isso fica demonstrado na complacência do governo Bolsonaro com as ações ilegais, em conexão à expansão do agronegócio e à mineração, assim como no esforço para eliminar obstáculos legais no caminho da intensificação do lucro desses setores. Realidade revelada, também, na tentativa de regulamentação da pesquisa e exploração de minerais e a utilização dos recursos hídricos para a geração de energia elétrica em terras indígenas, através do PL 191/2020 (SANTOS e SILVA, 2021).

Ademais, o papel das forças armadas, com a inserção dos militares no governo, e a bancada evangélica, conhecida como a bancada do boi, da bíblia e da bala, expandiram-se e ganharam corpo intensificando a presença de pautas conservadoras na política brasileira. Tais pautas revelam-se nas constantes tentativas de limitar as terras públicas da União, as Unidades de Conservação, as terras indígenas, quilombolas e os assentamentos, através, também, das tentativas de facilitar a posse de terras em áreas da União invadidas por grileiros e, em consequência, a apropriação de terras para o agronegócio. Os *lobbies* do agronegócio no Executivo e no Legislativo, também vêm fomentando as condições nacionais para a produção de fertilizantes e a implementação acelerada do uso de agrotóxicos. Para além disso, o governo, viabilizou a ampliação de desonerações fiscais, dos subsídios financeiros e das condições favoráveis às operações do agronegócio e da mineração, e usou o aparato normativo para favorecer, além de

intensificar e radicalizar a natureza violenta e autoritária do Estado brasileiro frente aos povos tradicionais. No aprofundamento das problemáticas e conflitos socioambientais ocorreu a reincidência de discursos que atacam movimentos sociais, comunidades tradicionais e ONG's, retratando-os como inimigos do progresso, muitas vezes junto ao uso de informações falsas, discursos quais instigam a desinibição de grileiros, fazendeiros e garimpeiros na ofensiva perante as comunidades (SANTOS e SILVA, 2021).

Tal governo não só ignora, mas nega a ciência no que tange tanto as questões ambientais, quanto as questões de saúde. Suas ações voltaram-se para: 1.a demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), responsável pelos dados sobre o desmatamento; 2. a desregulamentação para favorecer o agronegócio; 3. a liberação de mais de mil tipos de agrotóxicos diferentes; 4. a instituição de PL's que promovem o desmatamento ilegal; 5. a insegurança jurídica das terras indígenas demarcadas, a ameaça à autodeterminação dos povos indígenas, a redução de poderes protetivos da FUNAI (Fundação Nacional do Índio); e 6. a erradicação de licenciamento ambiental e supervisão estatal para diversas atividades econômicas (SANTOS e SILVA, 2021).

O agronegócio, que tem se desenvolvido no Brasil ao longo do tempo, foi desde o início patrocinado pelo aparato estatal, e tem se expande visando incessantemente o lucro em detrimento de qualquer forma de vida alternativa que não contribua para tanto, nesse processo, destruindo e causando prejuízos socioambientais, apagando culturas e memórias, além das florestas (ACSELHAD *et al*, 2012).

Em 2018, foi votada a reabertura da barragem de Brumadinho, ainda que, em 2015 a barragem da cidade de Mariana tenha se rompido e causado uma tragédia. Após um ano, em 2019, Brumadinho também virou cenário de uma tragédia, de um crime que matou mais de 220 pessoas (NOVAES, 2020). De agosto de 2019 e março de 2020, a costa do Nordeste foi tomada por manchas de petróleo de um vazamento que foi responsável por uma perda enorme na biodiversidade de invertebrados, dos corais e dos animais que viviam na área afetada (MADEIRO, 2021). Destaca-se a ausência de uma política efetiva para a contenção do derramamento do petróleo (NOVAES, 2020).

Menezes e Barbosa (2021), indicam que a administração do meio ambiente no Brasil, sob Bolsonaro, se manifesta na destruição da proteção ambiental, de duas

formas: 1. através da restrição dos espaços de participação política nos órgãos voltados a questões ambientais; e 2. no ataque constante aos principais defensores do meio ambiente, ou seja, indígenas, quilombolas, cientistas e ONG's, em busca de reduzir a legitimidade de suas reivindicações. A restrição dos espaços de participação política nos órgãos ambientais é a forma em que o presente governo encontrou de desmanchar e enfraquecer o aparato legal e institucional da proteção ambiental, e, também, o centralizar na mão do poder Executivo. Isso se desenrola na medida em que o Ministério do Meio Ambiente foi desestruturado através da eliminação e constantes trocas dos cargos, da instituição do Ricardo Salles, manifesto defensor do agronegócio, como ministro do meio ambiente e da troca de membros da sociedade civil dentro do ministério por militares. Bem como, na medida em que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade teve seus cargos superiores de controle diminuídos e, também, ocupados por militares ou ex-militares (MENEZES e BARBOSA, 2021).

Além disso, no Conselho Nacional da Amazonia Legal, que estabelece grande parte da política ambiental brasileira, a chefia foi passada para o vice-presidente de Bolsonaro e as cadeiras de participação foram diminuídas de 96 a 23 membros, excluindo a participação da sociedade civil nesse órgão e o deixando na mão do setor extrativista, fazendo com que todas as decisões tomadas dentro dele precisem passar pelo vice-presidente, um militar, e, tornando-o inerte frente a degradação ambiental presente no país. Como manifesta em suas falas de denúncia às ONG's internacionais, enunciando um nacionalismo vazio, atribui a elas a responsabilidade pela destruição ambiental, além das ofensivas verbais às comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, na tentativa de deslegitimar suas reivindicações por proteção ambiental. Dessa maneira, Bolsonaro impõe uma retórica hegemônica violenta que nega e deslegitima as vozes, a agência e a participação, que são, no Brasil, intrinsecamente amplas quanto à questão ambiental por envolverem múltiplos atores, tudo isso, em proveito dos interesses econômicos de exploração da terra. Tais ações servem para centralizar o poder de decisão sobre a proteção ambiental visando manter uma ineficiência programada, fazendo parte da "agenda de desenvolvimento que posiciona diretamente a administração ambiental aos serviços dos interesses extrativistas." (MENEZES e BARBOSA, 2021, p. 14).

Vieira (2021), destaca que é necessário enxergar as promessas falsas pautadas no desenvolvimento com base no agronegócio, visto que, por trás dessa lógica está o modo de produção, distribuição e consumo de bens, responsável pela destruição massiva de ecossistemas, biomas e culturas.

Para esse autor, é necessário buscar alternativas de vida que sejam coerentes com a satisfação das necessidades básicas de todos no país e do meio ambiente. Propõe, então, o enfoque territorial, que leva em conta as especificidades dos contextos socioculturais e histórico dos territórios, fomentando sistemas produtivos locais integrados, para um desenvolvimento local aut centrado. Ao contrário do sistema hoje existente, em que os países ficam dependentes das assimetrias Norte-sul, o Brasil incluído, é importante um desenvolvimento que não tente ser cópia da experiência de países conhecidos como “desenvolvidos”. Nesse sentido, os conhecimentos das comunidades locais precisam ser valorizados, bem como a qualidade territorial, para que se mantenha uma relação prudente com o meio ambiente. Além disso, o autor enfatiza a necessidade de tomadas de decisão de planejamento e gestão plurais, mobilizando diferentes atores, inclusive aqueles ignorados pela burocracia convencional (VIEIRA, 2021).

Vieira (2013), defende a necessidade de quebrar com o *establishment* acadêmico na forma atual de enfrentamento da crise global, através do compartilhamento de saberes e experiências de atores em diferentes instâncias. É central explorar novos sistemas agrícolas que fortaleçam a soberania alimentar, a saúde de todos, a igualdade social e a preservação de uma relação equilibrada entre homens e natureza, movimento que depende do esforço coletivo da sociedade civil e dos movimentos sociais na pressão em cima do governo para a transformação de fluxos econômicos e dos sistemas alimentares (VIEIRA, 2021).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 MOBILIDADE ACADEMICA, MOTIVAÇÕES E IMPACTOS

Tabela 1 – Motivações dos entrevistados para a realização da mobilidade acadêmica

Motivações para a Mobilidade Acadêmica	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	Freq.
Enriquecimento pessoal	●							●			●	3
Conhecer novas culturas	●			●					●		●	4
Viver sozinho	●											1
Vontade de ir viver/estudar fora	●		●	●	●	●	●			●	●	8
Viajar	●	●			●							3
Obrigatoriedade			●			●						2
Enriquecimento acadêmico								●			●	2
Aprimorar o currículo							●		●			2
Aprimorar o inglês							●		●		●	3
Conhecer novas pessoas	●										●	2

Fonte: elaborado pelos autores

Diversas foram as motivações para a mobilidade acadêmica citadas. As de cunho pessoal e cultural, como o conhecimento de novas culturas, novas pessoas, o enriquecimento pessoal, a vontade de viajar, de viver e de morar fora foram mais frequentemente enunciadas do que as motivações de cunho acadêmico como o próprio enriquecimento acadêmico, o aprimoramento do currículo e do inglês. A literatura sobre esse assunto encontra resultados semelhantes ao indicar que, o principal motivo para a mobilidade acadêmica é a experiência cultural e que através dela o estudante busca “se desenvolver pessoalmente, socialmente e culturalmente” (MONTEIRO, 2013, p. 187).

Isso vai de encontro com a justificativa dos programas de mobilidade acadêmica de fomentar a interculturalidade nos estudantes, fazê-los aprender a conviver com a diversidade no mundo (LEASK, 2015; MOROSINI e USTARROZ, 2016; MURPHY-LEJEUNE, 2007; 2003; TECCHIO, 2019; GRISOTTI e PIRES, 2017;

LIMA e MARANHÃO, 2009; GAMBRELL, 2018), ainda que, como apontam Gambrell (2018), Moraes e Leal (2021) (2017), Leal, Moraes e Oregioni (2018), Lima e Maranhão (2011), haja limitações para a concretização desse objetivo, podendo servir inclusive para a padronização e o apagamento de culturas ao invés da diversificação dessas.

Entre as motivações para a mobilidade acadêmica, a que mais se destacou foi a vontade de ir viver ou estudar fora do seu país de origem ou de estudo. Van Mol (2011) já havia identificado esse fator em uma pesquisa quando defendeu que, mais do que um fomentador da livre circulação de profissionais e de um mercado de trabalho competitivo, a experiência de mobilidade acadêmica atrai estudantes que já tem essa propensão, a de viver fora e, assim, se inserir no mercado de trabalho de forma internacional. Esse desejo por essa inserção remete às próprias necessidades do capitalismo global em relação à educação, já que, a internacionalização e os programas de mobilidade acadêmica são fenômenos advindos do processo de globalização (LEASK, 2015) e que adaptam a educação e os futuros trabalhadores à economia e ao mercado global (MOROSINI e USTARROZ, 2016; UNESCO, 2015; GRISOTTI e PIRES, 2017; MACHINGAMBI, 2014; MORAES e LEAL, 2021). Um estudante que viveu ou trabalhou fora é um futuro trabalhador mais valorizado socialmente (LIMA e MARANHÃO, 2009) e profissionalmente, sendo um melhor competidor no mercado de trabalho (LIMA e MARANHÃO, 2011; MORAES e LEAL, 2021).

Tabela 2 – Impactos percebidos da mobilidade acadêmica

Impacto da Mobilidade Acadêmica	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	Freq.
Enriquecimento pessoal	●					●		●	●		●	5
Aprendeu sobre as outras pessoas	●	●									●	3
Novas amizades		●	●			●						3
Conheceu outras culturas		●	●	●	●			●				5
Distanciamento de pessoas no país de origem		●										1
Viajar		●										1
Influenciou na decisão de ir viver/trabalhar fora							●			●		2

Esclarecimento sobre a profissão futura	●				●			●				3
Aprendizagem de língua estrangeira			●						●			2
Ganhos educacionais				●	●	●	●		●			5
Percebeu que na Europa Central o ensino é melhor							●					1

Fonte: elaborado pelos autores

A maioria dos entrevistados (8/11) foi assertivo em dizer que a experiência de mobilidade acadêmica pela qual passaram impactou fortemente suas vidas.

Enquanto aos modos do impacto, se destacam os impactos pessoais e culturais, como o “enriquecimento pessoal” com o fomento da “tolerância, empatia, independência, autoconhecimento”, e, posteriormente, os impactos acadêmicos como a “aprendizagem de língua estrangeira” e os “ganhos educacionais” com a “aprendizagem de novas abordagens/estilos educacionais/áreas de estudo”. Nesse caso, as respostas se distribuíram razoavelmente entre impactos de cunho pessoal, cultural e acadêmico, com variantes referentes a atributos pessoais e culturais.

Para os dois entrevistados que responderam que a experiência de mobilidade influenciou na decisão de ir trabalhar fora do seu país de origem, também temos que no item “motivações” haviam respondido que a vontade de ir morar fora era uma delas, assim, esse dado vai de confirmação com que Van Mol (2011) já colocava, a mobilidade acadêmica, principalmente na Europa, mais do que fomenta uma vontade de viver e trabalhar fora, atrai pessoas que já cultivam essa vontade dentro de si anteriormente à experiência. Um dos entrevistados mesmo ao responder essa questão hesitou em concluir que ir morar no estrangeiro fora um impacto da mobilidade,

Quadro 1 – Fala do entrevistado 7 sobre os impactos da sua mobilidade acadêmica

Entrevistado 7	<i>“Eu estou agora a viver aqui na Holanda porque tive em Bruxelas, né... Na verdade..., eu não sei..., mas, ok.”</i>
-----------------------	---

Fonte: elaborado pelos autores

O impacto na carreira profissional e de uma facilidade na inserção no mercado de trabalho, como esperado de alguns autores como Lima e Maranhão

(2011), Moraes e Leal (2021) e, Grisotti e Pires (2017) não foi citado diretamente, mas alguns dos participantes relataram que estavam trabalhando para empresas estrangeiras ou, mesmo, empresas locais. Grisotti e Pires (2017), em pesquisa semelhante, concluíram que a carreira profissional havia sido a área de mais impacto da mobilidade acadêmica na vida dos estudantes, resultado semelhante não foi diretamente encontrado na presente pesquisa, porém, isso pode ter acontecido pelo fato de que uma porcentagem dos participantes da pesquisa ainda não terem se formado ou, terem continuado a estudar após o fim do curso que realizaram a mobilidade ou, simplesmente pois, não foi um impacto percebido por eles, apesar de existir possivelmente. Existe ainda a possibilidade dessa divergência se dar em função da diferença de público das duas pesquisas, enquanto a pesquisa de Grisotti e Pires (2017) foi feita com estudantes que, em sua maioria saíram de países da América Latina para países europeus, a presente pesquisa foi feita com estudantes que em sua maioria se deslocaram dentro da Europa. Pessoni e Pessoni (2021) já apontavam que, no caso do Brasil, um país da América Latina, a experiência de mobilidade acadêmica impacta o estudante principalmente de forma a diferenciá-lo no mercado de trabalho, o que se demonstra na pesquisa de Grisotti e Pires (2017). Enquanto isso, no contexto europeu Van Mol (2011) destaca que a mobilidade acadêmica serve como uma forma de fomentar a cidadania europeia, a integração dos países europeus e seus cidadãos, dessa forma, o autor sublinha possíveis impactos culturais para os estudantes, os quais são mais frequentemente percebidos na presente pesquisa do que os na carreira profissional.

Assim, a mobilidade acadêmica no contexto europeu reforça os parâmetros de qualidade, cidadania e sucesso da cultura europeia, como prevê Lima e Maranhão (2011) ao se referir aos benefícios da internacionalização para os países de culturas dominantes. Os mesmos autores, na mesma obra, também identificam que o impacto da melhor posição no mercado de trabalho e a valorização de um modo de cultura coincidem, sendo o segundo necessário para o primeiro. Ou seja, ainda que os participantes da pesquisa não percebam uma correlação entre a mobilidade e ganhos profissionais, ou que ainda não exista por eles ainda não terem adentrado no mercado de trabalho, esses ganhos já estão sendo fomentados através dos ganhos culturais percebidos por eles. E ainda que, os ganhos profissionais sejam evidenciados em outras pesquisas, junto a eles também estão

presentes os ganhos culturais. Ainda assim, aspectos diferentes são sublinhados em contextos diferentes por suas peculiaridades socioeconômicas.

6.2 O MEIO AMBIENTE, O BRASIL E SUAS AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

6.2.1 Aproximação dos entrevistados com as questões ambientais

Tabela 3 - Nível de preocupação dos entrevistados com as questões ambientais

Nível de preocupação com o meio ambiente	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	Freq.
Extrema								●	●			2
Regular			●		●							2
Incerta	●	●		●		●	●				●	6

Fonte: elaborado pelos autores

Como mostra a tabela, quase todos os entrevistados, com a exceção de um que não respondeu à pergunta, disseram estar preocupados com as questões ambientais, ainda que, essas respostas tenham sido pronunciadas de formas diferentes. Alguns dos entrevistados se mostraram extremamente preocupados, outros se mostraram preocupados de forma pouco infática ao pronunciar respostas simples como “*Sim, me preocupa*” (E3) e “*Aham, sim*” (E5). Uma maioria preferiu respostas incertas ou hesitantes, ou seja, apesar de relatarem que estão preocupados com o meio ambiente, hesitaram ou pareceram em dúvida quanto as suas respostas. Como, por exemplo,

Quadro 2 – Falas incertas dos entrevistados sobre as suas preocupações com as questões ambientais

Entrevistado 1	“[...] <i>sim, sim, eu estou muito(!) preocupada com o que está acontecendo... mais ou menos.</i> ”
Entrevistado 2	“ <i>Sim, me preocupa..., mas, eu não sou a mais... Hm... Em uma escala de preocupação de 0 a 10, em que 10 é o máximo, eu diria que sou um 8</i> ”
Entrevistado 4	“[...] <i>sim... eu sempre estive preocupada com o meio ambiente... não muito, mas, eu sempre estive interessada.</i> ”

Entrevistado 6	<i>“Sim, claro. Eu estou mais ou menos preocupada com as questões ambientais.”</i>
-----------------------	--

Fonte: elaborado pelos autores

Mais de um participante trouxe a reflexão de que ainda que exista a preocupação com as questões ambientais, elas podem ter sofrido um *boom* temporário e que agora sua importância tenha sido substituída por a de outras questões globais:

Quadro 3 – Falas dos entrevistados sobre as suas preocupações com as questões ambientais

Entrevistado 2	<i>“Nós tentamos tratar o meio ambiente melhor, mas aí, o coronavírus aconteceu e também a guerra na Ucrânia está acontecendo”</i>
Entrevistado 7	<i>“[...] acho que nesse momento... Ou seja, estivemos a viver 2 anos em pandemia, acho que nossa maior preocupação não era o ambiente a essa altura. Então, ainda agora, que estamos a viver uma guerra, ainda é menos, se calhar.”</i>

Fonte: elaborado pelos autores

De acordo com Leask (2015), a internacionalização do currículo, processo no qual se situa a mobilidade acadêmica, é importante para abrir a mente dos estudantes de forma que eles sejam mais capazes para lidar com os grandes problemas do mundo, inclusive as questões de sustentabilidade ambiental. Para Octavio Ianni (1968), a juventude é um momento da vida propenso para o pensamento criativo de alternativas aos problemas existentes no mundo e para a formação de uma consciência social. Na atualidade, a juventude tem destacado a pauta ambiental, colocando-a na agenda política global (HAN e AHN, 2020), sendo, também, uma importante protagonista dos protestos contra a inação dos Estados perante as mudanças climáticas (ALTER *et al.*, 2019; TAYLOR *et al.*, 2019; BBC, 2021; 2019). Rainsford e Saunders (2021), registraram que entre os jovens o nível de frustração, preocupação e raiva relacionados às questões ambientais é alto. Bijwaard e Dunne (2021) e Carvalho (2004), também registraram uma preocupação ímpar dos jovens europeus com a problemática ambiental.

O resultado desses dados vai de encontro com o que Rainsford e Saunders (2021), Bijwaard e Dunne (2021), e Carvalho (2004) já haviam encontrado, que, de fato, os jovens se preocupam com as questões ambientais. Também com a ideia de Ianni de que os jovens possuem uma consciência social em formação (1968). Em contraponto, os dados da presente pesquisa mostram que os próprios jovens se questionam se realmente se preocupam, se mostram hesitantes em responder positivamente e percebem a questão como uma preocupação temporária. Ademais, alguns, apesar de relatarem estarem preocupados, disseram não fazer o suficiente, ou fazer pequenas ações para contribuir com a preservação da natureza, como o entrevistado 11:

Quadro 4 – Fala do entrevistado 11 sobre a sua preocupação com as questões ambientais

Entrevistado 11	<i>“É, assim, as questões ambientais me preocupam. Mas, infelizmente, eu sinto que não faço o suficiente para mudar isso.”</i>
------------------------	--

Fonte: elaborado pelos autores

Tabela 4 - Forma de envolvimento dos entrevistados com as questões ambientais

Forma de envolvimento com as questões ambientais	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
Prática ações individuais	●	●		●		●		●			●
Já participou de alguma ação coletiva			●				●	●	●		
Fator de voto									●		

Fonte: elaborado pelos autores

Entre os tipos de ações tomadas em relação ao meio ambiente, os participantes manifestaram que agem, principalmente, através de ações individuais, como, reciclar, doar roupas, usar o transporte público, não comprar plástico, comprar roupas de segunda mão e andar de bicicleta. Em segundo lugar, disseram agir através de ações coletivas, sendo a mais citada os protestos, mas também foi citado, uma vez cada, a presença em discussões em grupo na universidade e a participação em ações de recolher lixo na praia. Um dos participantes também

manifestou que, para ele, a questão ambiental é um fator importante a ser levado em consideração na hora de escolher seus representantes políticos.

Alguns dos participantes da pesquisa relataram que com a Pandemia da COVID-19, eles deixaram de participar de protestos. Outros disseram ter participado nos protestos do segundo semestre de 2019, parte do *FridaysForFuture*, citado por Alter *et al.* (2019), por Taylor *et al.* (2019) e pela BBC (2021; 2019), revelando que, de fato, os jovens têm colocado a pauta ambiental junto à agenda global (HAN e AHN, 2020).

Assim como Paige *et al.* (2009) haviam concluído, os dados aqui relatados também apontam que aqueles que passaram pela mobilidade acadêmica se envolvem com questões globais, principalmente, através da simplicidade voluntária, a qual se refere a ações de consumo consciente, ou, com menos impacto ambiental.

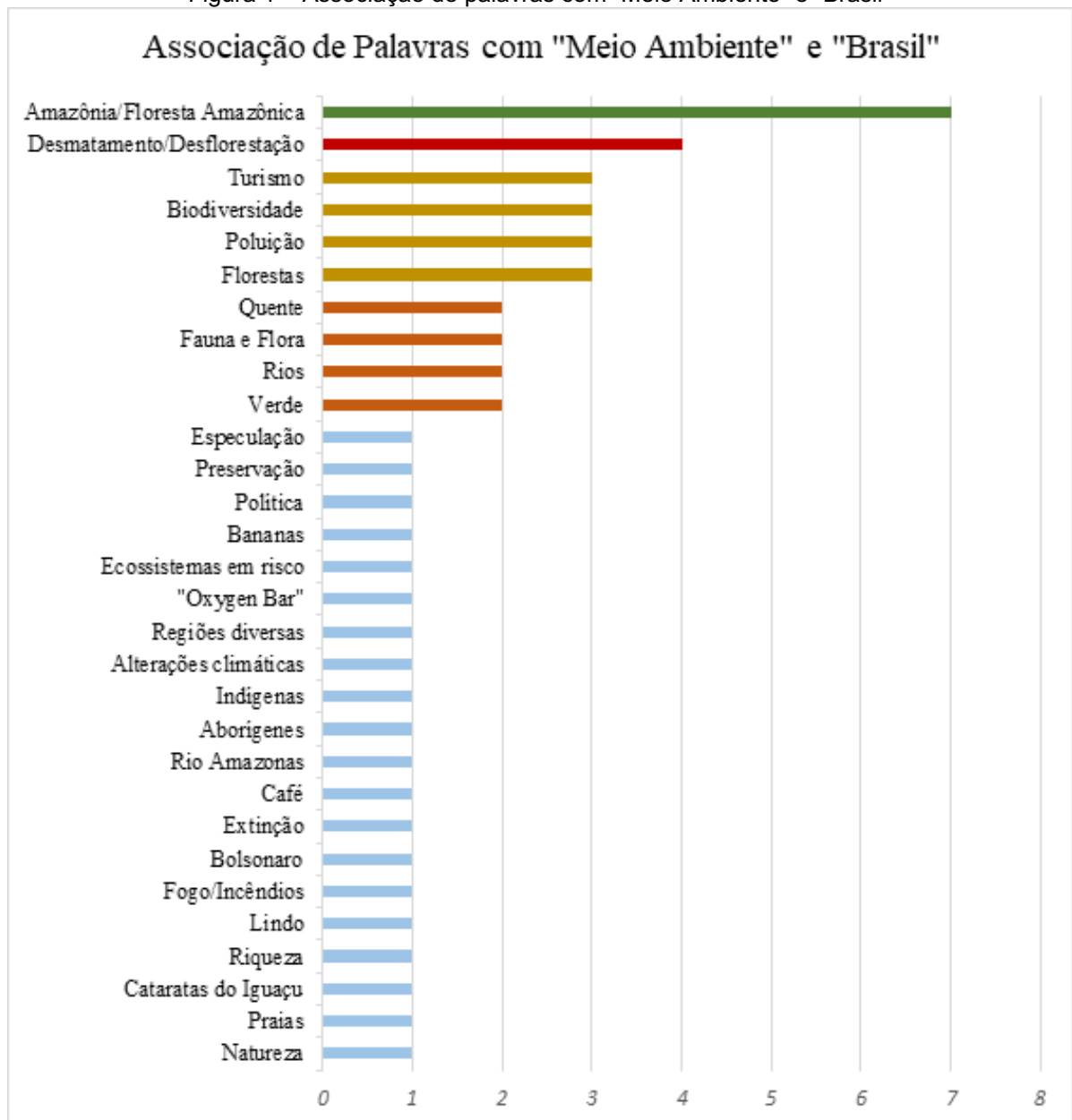
Derrick Jensen (2009), defende que mudanças individuais ou atos de consumo pessoal não se equiparam a mudanças políticas e que, apesar de serem as mais propagadas e difundidas, essas mudanças de consumo pessoal sozinhas são insignificantes para lidar com o aquecimento global e com as questões ambientais, uma vez que o consumo pessoal dos recursos naturais são ínfimos se comparados com o das indústrias e da agricultura e que, também, mesmo se todos agissem de forma exemplar frente aos recursos naturais - como reciclar tudo o que consome, comprar só o necessário, economizar água, usar energia solar, andar de bicicleta, entre outras tantas formas de consumo pessoal consciente -, ainda assim, os impactos ambientais e o avanço do aquecimento global não seriam detidos. Tratar as problemáticas ambientais através de atos de consumo pessoal, não só é ineficaz, mas também, faz com que a solução real para o problema, a luta política organizada, seja camuflada; ainda, coloca a culpa nos indivíduos (*victim blaming*), ao invés dos reais causadores do problema, o modo *operandis* do sistema socioeconômico atual e aqueles que têm poder nele; e, por último, faz com que as formas de resistência sejam reduzidas a formas de consumir ou não, transformando os cidadãos em meros consumidores (JENSEN, 2009).

Os dados apresentados nessa sessão demonstram que os participantes da pesquisa são jovens preocupados com a questão ambiental, que não negam a existência das problemáticas relacionadas ao tema e, principalmente, não negam as mudanças climáticas, ainda que, possam haver dúvidas quanto ao nível da

preocupação e que, as ações para o combate da problemática ambiental tomadas por eles sejam limitadas à esfera individual.

6.2.2 Representações Sociais do Meio Ambiente Brasileiro

Figura 1 – Associação de palavras com “Meio Ambiente” e “Brasil”



Fonte: elaborado pelos autores

Os primeiros itens da entrevista motivaram os entrevistados a fazerem uma associação rápida de cinco palavras com o termo “meio ambiente” e “Brasil”. Como resultado, a palavra que apareceu com mais frequência foi “Amazônia/Floresta Amazônica”, ao todo, citada em 7 das 11 entrevistas. A segunda palavra mais

frequente nessa associação foi “Desmatamento/Deflorestação”. Posteriormente, entre as palavras mais frequentes, estão: “Turismo”; “Biodiversidade”; “Poluição”; “Florestas”, seguidas de: “Quente”; “Fauna e Flora”; “Rios”; “Verde”; e, por último, figuram um rol de palavras citadas apenas uma vez.

As palavras associadas foram divididas em palavras que destacam a natureza brasileira e aspectos positivos, as quais são mais frequentes, e, em contraponto, palavras que destacam aspectos negativos em relação à questão ambiental no Brasil. Algumas palavras que destacam a natureza brasileira e seus aspectos positivos são: “Natureza”; “Praias”; “Cataratas do Iguaçu”; “Riqueza”; “Lindo”; “Biodiversidade”; “Rio Amazonas”; “Regiões diversas”; “Indígenas”; “Fauna e Flora”; “Rios”. As palavras que remetem a pontos negativos e problemáticas da questão ambiental no Brasil estão: “Fogo/Incêndio”; “Extinção”; “Alterações climáticas”; “Ecossistemas em risco”; “Especulação”; “Poluição”; “Desmatamento/Deflorestação”. Em suma, a associação de palavras nos mostra que os estudantes participantes da pesquisa veem o meio ambiente no Brasil como uma dicotomia em que, em um lado está a riqueza natural do país e, do outro estão as ameaças a essa mesma riqueza.

Nesse mesmo sentido, as entrevistas fizeram diversas menções à presença de sujeira ou de poluição no país, à presença da exploração do minério, a existência de espécies em extinção. Foi mencionado a existência da Petrobras uma única vez e um entrevistado comentou sobre a presença de conflitos por terra e a existência do MST (Movimento Sem Terra). Dois entrevistados ainda retrataram o Brasil como um grande exportador agrícola.

Fica evidente, nas entrevistas, a ênfase dada à floresta amazônica e ao desmatamento. Ao questionar os entrevistados se recordavam de algum acontecimento no Brasil nos últimos anos relacionado ao meio ambiente, os poucos que responderam positivamente, comentaram sobre as queimadas na Amazônia. Um entrevistado comentou sobre uma enchente, mas não soube detalhar. Assim, tragédias importantes como a de ‘Mariana e Brumadinho’, o ‘derramamento de óleo na costa nordestina’, ‘as queimadas que foram para além da floresta amazônica’, não foram relatadas.

De fato, o desmatamento e, junto a isso, as queimadas no Brasil, são problemas graves que vêm se intensificando nos últimos anos, sendo a Amazônia uma das regiões mais afetadas. Especialmente desde o ano 2019, a diminuição da

floresta amazônica, mas também de outros biomas, têm se agravado em quantidade e dimensão, devido a fenômenos como a expansão do agronegócio (GUDYNAS, 2020). Nessa mesma época, o tema do meio ambiente se tornou predominante nas notícias sobre o Brasil em jornais estrangeiros e um dos principais assuntos da crítica internacional. A imprensa tem centralizado o assunto na Amazônia brasileira, apesar dos desastres terem afetado muitos outros ecossistemas e países. Além disso, governos de países de outros continentes se manifestaram em defesa da Amazônia e questionaram a gestão do governo brasileiro para o meio ambiente, como o presidente Emanuel Macron da França, que além de se referir às queimadas na Amazônia como uma ofensa ao mundo, defendeu que a situação deveria ser tratada como uma crise internacional, a qual deveria ser discutida pelo G7, grupo com os países mais industrializados do mundo (NOGUEIRA, 2021).

A relevância dada pelos entrevistados à floresta amazônica vai de acordo com o observado por Nogueira (2021), que destaca como a cobertura internacional midiática sobre o Brasil parte de uma exotização focada em alguns temas, entre eles, a Amazônia, por exemplo sua propagação como "grande pulmão verde do mundo".

Quadro 5 – Falas de destaque à Amazônia

Entrevistado 2	<i>"É assim, isso [, a floresta amazônica,] é muito importante para o oxigênio"</i>
Entrevistado 5	<i>"Basicamente, [a Amazônia] é a casa de muitas vidas selvagens e espécies que só vivem lá e que são bastantes únicas"</i>
Entrevistado 6	<i>"[A amazônia] é o maior 'oxygen bar' do mundo"</i>
Entrevistado 7	<i>"[...] parece que as pessoas esquecem que [a Amazônia] é tipo, o maior pulmão que existe no mundo. Hm... se nós não tivermos a Amazonia nós provavelmente teremos 2 ou 3 anos de vida na terra, se calhar, menos."</i>

Fonte: elaborado pelos autores

A expressão em inglês "oxygen bar", citada pelo entrevistado 6, significa uma alta concentração de oxigênio no ar, um conceito que surgiu no Japão no final dos anos 90, e se expressa através de uma técnica de consumo concentrado de oxigênio de diferentes maneiras: tecnologias em Spa's e até sob a forma de oxigênio

em lata. O objetivo é um aumento na qualidade da saúde e o tratamento de doenças através das altas taxas de oxigênio (KUMAR, 2014). Entende-se, então, que o entrevistado se refere a representação da floresta amazônica como um espaço em que há uma alta taxa de concentração de oxigênio no ar atmosférico.

A presença da representação da Amazônia como esse lugar imprescindível para o oxigênio no mundo não deve ser ignorada. Quanto à figura da Amazônia como “pulmão verde” ou “pulmão do mundo”, Oliveira (1991), explica que é uma figura retórica errônea, já que a analogia com o órgão pulmão, presumiria que a floresta amazônica consumiria O₂ e expeliria CO₂. Mas, ao contrário, o benefício da floresta é exatamente liberar O₂ e fixar CO₂. Além disso, é exagero exaltar a Amazônia como grande fornecedora de ar puro para o mundo, já que sua capacidade de armazenar CO₂ não é tão alta como se vende - menos de 9% aproximadamente -, e o ar atmosférico no seu interior carrega a mesma quantidade de O₂ que o ar presente nas pradarias gaúchas ou no pantanal mato-grossense, por exemplo. Por outro lado, a Amazônia tem função importante na regulação do clima pelo continente Sul Americano (FERNANDES, 2021), fato desconhecido ou não citado pelos entrevistados.

Quadro 6 – Algumas falas de exotização do meio ambiente brasileiro

Entrevistado 1	<i>"Eles amaram porque é tão natural e tem muitas espécies de pássaros... bem... de todos os animais"</i> [Sobre os pais que haviam visitado o Brasil]
Entrevistado 11	<i>"[...] de certeza que há sítios no Brasil, aqui em Portugal não, mas que estás a andar e vês, tipo, um macaco [...]"</i>

Fonte: elaborado pelos autores

As falas dos entrevistados, de maneira geral, vão de encontro à exotização do Brasil e da Amazônia, como Nogueira comenta, incluindo, exageradamente, a ideia de que o Brasil tem espécies de "todos os animais". O valor das notícias referentes à região amazônica, “são selecionados por meio de critérios que envolvam o trágico, o exótico, o inusitado ou que está relacionado presença de índios, escândalos políticos, confrontos de terras e desmatamento” (ASSUMPAÇÃO, 2018, p. 37). Zhouri (2001), observa que o interesse pelas culturas exóticas e pela vida selvagem são base tanto da lógica imperialista, quanto da ambientalista.

Ao exaltar a importância da Amazônia, um entrevistado a representa como algo que remete e envolve o mundo todo, inclusive as pessoas europeias, com:

Quadro 7 – Fala do entrevistado 9 sobre a relação da Amazônia e o resto do mundo

Entrevistado 9	<i>“[...] o que envolve as pessoas do Brasil envolve os cidadãos de todo o mundo, porque, os recursos da Amazônia, a grande diversidade que existe lá também envolve, por exemplo, as pessoas na Europa.”</i>
-----------------------	---

Fonte: elaborado pelos autores

Logo após, defendendo que para lidar com as questões ambientais é extremamente necessária uma governança global.

Camely (2006), aponta para o fato de que a Amazônia, como um enorme território cheio de recursos naturais, mobiliza desde a ditadura militar brasileira uma enorme campanha em sua defesa, a qual, no fim dos anos 80, recebeu enorme investimento das ong's vindas da América do Norte. Por meio de intensa propaganda foi possível ser instaurado diversas intervenções ecológicas na floresta, lideradas pela lógica da hegemonia norte-americana. Na região amazônica existem hoje diversos projetos que funcionam com base em apoio financeiro ou técnico internacional, principalmente, por meio de organizações internacionais, como as Agências de Cooperação Internacional (ACI). Segundo Assumpcao (2018), um exemplo desses projetos é o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7-1995-2009), mediado por cooperação técnica, científica e financeira internacional e representando os interesses dos países do G7. Apesar disso, tal projeto compensou minimamente os danos sofridos na região, pois o montante disponibilizado para a proteção das florestas foi só de 1/6 do anunciado inicialmente pelo programa (DA SILVA, 2010).

O Brasil torna-se, assim, um país que recebe atenção internacional por conta de seus recursos naturais, já que é necessário para os países do Norte que países de economia dependente como o Brasil, forneçam matéria prima com baixo custo para suprir a demanda por comida, roupa, mercadorias, tanto quanto, pela transição ecológica, onde muitas das tecnologias de energia limpa necessitam de recursos vindos de tais países. Com base nisso, instaura-se um cenário em que a extração e a expropriação tornam-se a norma, em grande parte financiadas por

pacotes de investimento (FERNANDES, 2021). Assim, a repercussão internacional sobre a Amazônia, na maioria das vezes, é feita com boas intenções e preocupações honestas com a preservação ambiental, com a questão climática e os povos locais. Entretanto e apesar disso, essas notícias tendem a mal interpretar a raiz da questão, culpabilizando apenas o governo local e ignorando as ligações entre poderosos atores locais, incluindo o governo Bolsonaro, e atores internacionais, que lucram com a situação. Desta forma, reduz-se a problemática a uma má escolha eleitoral, o que auxilia o ofuscamento da situação de capitalismo dependente no Brasil, a qual tiram proveito os países capitalistas centrais (FERNANDES, 2021).

Essa “governança global” é composta por regimes, normas, regras, processos decisórios e organizações internacionais formulados por Estados ou por atores privados internacionais, que governam a vida no âmbito internacional, impondo políticas, fortalecendo oligopólios, promovendo a globalização econômica não regulada e contribuindo para a supremacia da agenda neoliberal dentro de, e, entre Estados. Como consequência da expansão do mercado para além das fronteiras nacionais, ou seja, da globalização econômica implícita na lógica do capitalismo pós-industrial, a governança global disfarçada de uma necessidade global por expertise técnica e científica, continua contribuindo para o crescimento dos privilégios dos mais ricos em escala global. A governança global seria, assim, mais um dos locais de luta por poder, riqueza e conhecimento (MURPHY, 2002).

Segundo Hale (2020), a emergência de questões ambientais modernas como um assunto da política mundial, especialmente a partir da segunda metade do século vinte, tem servido de importante caminho para o desenvolvimento de atores e governança transnacionais, podendo-se esperar que as políticas ambientais transnacionais sejam cada vez mais centrais para a política mundial como um todo. Elliot (2002), retrata a governança ambiental global como um cavalo de Troia a favor do neoliberalismo e do corporativismo verde, uma prática que reflete, constitui e mascara as relações globais de poder, legitimando ecopolíticas neoliberais. Nesse processo, o Banco Mundial seria órgão chave, como principal financiador dos programas que tentam limitar o impacto ambiental global nos países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, também dos programas que contribuem para o declínio ambiental nesses mesmos países, financiando a produção de energia fóssil e a espoliação de comunidades locais através de projetos de infraestrutura de barragens e rodovias, por exemplo. Desse modo, a governança ambiental global tem

se mostrado mais retórica do que substancial, e mais particular a certos interesses do que a interesses universais, sendo surda para as vozes das comunidades locais, que clamam por justiça e igualdade resistindo à globalização. Por isso, a governança global ainda não foi capaz de lidar com as emergências ambientais, revelando-se malsucedida na sua missão (ELLIOT, 2002).

Tabela 5 - Causas da situação ambiental brasileira levantadas pelos entrevistados

Causas da situação ambiental brasileira	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	Freq.
A inação do governo	●		●	●	●		●		●			6
A ausência de legislações internas				●			●		●			3
A ausência de legislações internacionais								●	●			2
A ausência de ações individuais	●									●	●	3
A ausência de resistência da população										●	●	2
A população vasta	●											1
A necessidade da construção de fábricas		●					●					2
O avanço tecnológico		●										1
A necessidade da construção de moradias		●										1
O poder excessivo de			●						●			2

grandes empresas												
O agronegócio					●	●						2
A necessidade de se desenvolver					●	●	●		●			4
A exploração por outros países							●					1
O turismo em massa									●			1
O tipo de clima								●				1
A falta de informação	●			●	●			●		●	●	6

Fonte: elaborado pelos autores

Entre as causas levantadas como as fundantes da situação ambiental em que o Brasil se encontra na visão dos entrevistados, uma das mais frequentes foi a falta de informação da população. Também foram citadas outras causas que têm a população como protagonista, como a falta de ações individuais e a ausência de resistência da população. Apesar disso, a população foi poucas vezes representada como a responsável pela problemática.

Como abordado anteriormente nesse trabalho, a degradação ambiental geral não é produto do consumo individual, mas sim, produto principal das indústrias e da agropecuária. Nesse sentido, a ideia de que a culpa principal é da inação da população individualmente, contribui para a perpetuação da situação (JENSEN, 2009). Outro ponto importante, é o que é comum classificar os problemas ambientais dos países do Sul como o resultado de más escolhas eleitorais ou ideias enganadas de desenvolvimento, como se a degradação ambiental fosse consequência da incompetência da população para compreender a realidade e escolher um líder. O problema é que ao analisar a questão dessa forma, a compreensão fica limitada e ofusca-se as conexões entre a degradação ambiental, o extrativismo e o mercado de commodities com as dinâmicas de dependência do capitalismo, assim como, é incapaz de responsabilizar os países no centro do capitalismo, os do Norte, por sua grande parcela de culpa (FERNANDES, 2021).

Loiola *et al.* (2016) entende que, desde os tempos da colonização propriamente dita, foi implantado uma forma de perceber o Brasil e o “ser brasileiro”

em profunda conexão com a sua natureza, através do “determinismo ecológico dual”, uma dicotomia que justificaria a dominação colonial em sua época, e que perdura até hoje através de “[...] interesses econômicos, sociais, culturais e, por fim, midiáticos, relacionados ao consumo, a ideia de desenvolvimento na perspectiva de países do Norte, à construção da nacionalidade e do próprio Estado brasileiro.” (p.60). Essa dicotomia coloca de um lado a natureza como um paraíso provedor de riquezas inesgotáveis e de outro como um inferno tropical, uma barreira à sociedade, à civilização, um local hostil em que a barbárie prevalece, em que os povos que lá vivem estão em uma situação natural de inferioridade, o que presume um linearismo histórico-evolutivo. Desse modo, o desenvolvimento é pensado através de etapas obrigatórias e universais, com a referência dos países do Norte, já que os povos que vivem nos trópicos são desordenados, degenerados cultural e moralmente, destroem a natureza com a agricultura primitiva; esse pensamento, na prática, conduz “[...] as políticas e os sujeitos à degradação ecológica, ao conflito e a reprodução das desigualdades” (LOIOLA *et al.*, 2016, p. 45). Zhouri ainda observa que “[...] a imagem do pobre, de origem não-ocidental, que danifica sua floresta, permanece sendo um lugar-comum” (2006, p. 163)

Os resquícios desse “determinismo ecológico dual” podem ser encontrados nas representações dos estudantes estrangeiros, tanto quando evidenciam a dicotomia “riquezas naturais” e “degradação ambiental”, quanto quando colocam a ignorância da população brasileira como causa da degradação ambiental e, como vamos ver a seguir, quando entendem que tal degradação ocorre justamente pela necessidade do país de se desenvolver, como foi citado algumas vezes. Como colocado por Loiola *et al.* (2016), a representação dessa forma só contribuiu, e contribui, para a degradação ambiental e legitima a exploração da terra, dos recursos naturais e das pessoas do Sul.

Acselhad *et al.* (2012) ainda pontua que, a política brasileira justifica suas investidas contra o meio ambiente e a sua proteção, justamente considerando-os como uma barreira ao desenvolvimento, ou seja, esse é um argumento próprio daqueles que defendem a degradação ambiental. Como expõe Fernandes (2021), a ideia de desenvolvimento sob o capitalismo é contraditória, pois gera uma situação de dependência, em que alguns países centrais de desenvolvem com base na transferência de recursos naturais vindos do Sul a baixo custo, exportando depois produtos que não compensam para os países de capitalismo periférico, fazendo com

que esses continuem em tal posição. A defesa da necessidade de se desenvolver causa, na prática, como aponta Loiola *et al.* (2016), a degradação ambiental e a reprodução das desigualdades sociais.

De acordo com a Revista Fórum, de 2020 para 2021, o número de bilionários no Brasil passou de 45 para 65, enquanto isso, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022) relata que em 2021 mais da metade dos brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar e que, de 2020 para 2022 o número de brasileiros que convivem com a fome foi de 19,1 milhões para 33,1 milhões, números que não existiam desde 2004. Apesar disso, estima-se que o Brasil produza comida suficiente para alimentar 1,6 bilhões de pessoas (COPETTI, 2020), 8 vezes mais do que o necessário para alimentar toda a sua população. Isso tudo logo após o número de queimadas no território brasileiro bater o recorde da década (INPE, 2021).

Outra questão levantada foi uma possível falta de legislação sobre o assunto e, principalmente, a inação do governo para lidar com a problemática. Paganotti (2007) já havia notado em sua pesquisa sobre imagens e estereótipos do Brasil em reportagens internacionais que uma parte delas mostra, associado a questão ambiental, o Brasil como uma “terra sem lei”. De acordo com Peres (2021), com a promulgação da Constituição Federal, houve um grande avanço na legislação sobre a questão ambiental, porém, não quer dizer que isso se reflete na prática, além do fato que as leis ambientais são oscilantes, podendo ser alteradas a qualquer momento. No momento presente, com o governo Bolsonaro, leis de proteção ambiental são ameaçadas, desmanteladas, flexibilizadas e outras criadas para justamente possibilitar uma maior exploração da terra e dos recursos naturais, assim como, para fomentar o uso de agrotóxicos (SANTOS e SILVA, 2021; MONTEIRO, 2022), o processo é de enfraquecimento do aparato legal e institucional da proteção ambiental (MENEZES e BARBOSA, 2021). Dessa forma, o aparato normativo brasileiro é utilizado para favorecer uma dada orientação, a da ampliação do agronegócio e da mineração, mostrando, como havia apontado Peres (2021) o caráter oscilante da legislação ambiental e da proteção ambiental, em geral. Para além disso, muitas vezes a degradação da natureza ocorre simplesmente por fora da lei (MONTEIRO, 2022; SANTOS e SILVA, 2021). Assim, não só é possível observar a inação do governo frente a questão ambiental, como citado pelos

Todo o mundo | | | ● | ● | ● | ● | ● | ● | | ● | ● | 8
 Fonte: elaborado pelos autores

Ao perguntar quais atores os estudantes viam como os afetados pela questão ambiental no Brasil, a resposta mais frequente foi “todo o mundo”. Alguns, poucos, responderam que seria a população do país e outros que seriam as populações mais pobres.

De acordo com Quintana e Hacon (2011), as sociedades na sua configuração atual, por conta das relações capitalistas de produção, produzem efeitos que atingem todo o planeta, como percebem os entrevistados. Apesar disso, as mesmas autoras notam que esses efeitos se dão de maneiras desiguais, com o ônus do processo produtivo, e com isso, os efeitos da crise ambiental, seus, direcionados aos países do Sul, de economia dependente, e, dentro desses, para os grupos sociais marginalizados, também os mais desprovidos, instaurando uma situação de injustiça ambiental (PEREIRA e LOPES, 2021). As desigualdades entre ônus e bônus da exploração da natureza são sublinhadas através do conceito de “dívida ecológica”, o qual se refere às dívidas que os países do Norte teriam para com os países do Sul, devido à apropriação dos recursos ecológicos e sociais, enquanto, como resultado disso, o que existe são enormes dívidas externas dos países de economia periférica para com os países do Norte (FOSTER e CLARK, 2004; MARTÍNEZ-ALIER, 2002). Zhouri, em adição, reflete

É imperativo reconhecer que projetos industriais homogeneizadores do espaço, tais como hidrelétricas, mineração, monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar, entre outros, bem como políticas globais a partir de formulações abstratas e distantes, são geradores de injustiças ambientais, na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade. (2008, p. 105)

Ainda houveram aqueles que responderam que os mais afetados seriam os animais e as plantas. De maneira geral, durante as entrevistas, a presença dos indígenas foi pouco comentada, dos outros povos que vivem em contato com a terra e vêm sendo ameaçados pela ofensiva do capital no meio ambiente, como os quilombolas, os ribeirinhos, os assentados, outros povos tradicionais, menos ainda. Por três vezes apareceram os termos “nativos” ou “locais” no grupo de afetados. Zhouri (2001) já havia notado uma tendência a generalização dos segmentos sociais envolvidos na questão ambiental no Brasil, que os limita a termos como, por exemplo, “povos da floresta”, invisibilizando a composição social diversa desses grupos.

Como afetados os indígenas foram citados apenas duas vezes, assim como, o povo do campo, pelas mesmas pessoas. Durante a associação de palavras apenas uma pessoa citou a palavra “indígenas” e ainda houve um entrevistado que associou os “aborígenes” com o meio ambiente brasileiro. Menos da metade dos entrevistados apontaram como afetados as pessoas que viveriam diretamente em contato com a terra e a natureza.

Zhourí (2004), ao pesquisar sobre as perspectivas das ONGS britânicas sobre a Floresta amazônica, em específico, percebe que a mais comum, e a que junta mais jovens é baseada no enfoque no que ela chama de “Árvores”, em detrimento da perspectiva “Gente”, ainda que essa parcela se refira quase apenas aos povos indígenas, dessa forma, a defesa das “populações locais” figura como uma bandeira secundária.

Gomes Junior em sua tese de pós-graduação sobre os sentidos de sustentabilidade amazônica de ONGs transnacionais, concluiu que essas contribuem para um imaginário global que exclui as formas sociais e culturais existentes na floresta, e desconecta a natureza e os homens. O autor reflete que esse imaginário é “[...] marcado por uma série de interesses econômicos, políticos e mercadológicos” (2017, p. 195).

Enquanto isso, Zhourí afirma que a predominância da perspectiva “Árvores”,

[...] gera um distanciamento dos contextos sociais, históricos e culturais específicos da Amazônia, com a conseqüente redução da Amazônia à questão madeireira. Divorciada de seus contextos históricos, locais e regionais, a Amazônia é frequentemente projetada na arena global como um mero ecossistema, sob a influência da economia global e suas forças políticas. (2004, p. 41)

A autora ainda observa que o discurso que acompanha a perspectiva “Árvores”, foca naquilo que os estrangeiros querem diante o meio ambiente brasileiro, e menos naquilo que as comunidades locais necessitam.

O apagamento da diversidade de culturas e ecossistemas locais acompanha uma política ambiental de iniciativa global guiada por uma concepção hegemônica de sustentabilidade e orientada por uma perspectiva de mercado, pela imposição da lógica do desenvolvimento sustentável. Tal política tem contribuído, na Amazônia, para uma “comoditização” da floresta e de sua gente, falhando em promover sustentabilidade social e ecológica, mas sucedendo em reproduzir padrões de desigualdade social (ZHOURI, 2004).

Tabela 7 - Soluções para a situação ambiental levantadas pelos entrevistados

Soluções	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E1 0	E1 1	Freq .
Elaboração de leis de proteção		●		●			●	●	●		●	6
Elaboração de leis de promoção de ações individuais	●								●	●	●	4
Governança global					●	●		●	●			4
Conscientização/Educação Ambiental	●				●	●		●		●	●	6
Ações voluntárias individuais/Mudanças de consumo	●	●			●						●	4
Ações voluntárias coletivas (protestos, atividades para limpar a praia, entrega de panfleto)		●						●	●			3
Ampliação do alcance dos apelos populares			●						●	●		3
Adaptação das indústrias/empresas para práticas sustentáveis				●			●					2
Investimento em tecnologia e infraestrutura											●	1
Desenvolvimento de outros setores da economia					●	●						2
Pressão de organizações ambientais no governo								●				1
Movimentos sociais									●			1
Mudar o governo			●						●			2
Políticas de decrescimento									●			1
Governantes deveriam dar o exemplo e seguir as leis										●		1

Fonte: elaborado pelos autores

As soluções para lidar com a questão ambiental brasileira invocadas pelos entrevistados reflete temas recorrentes nas entrevistas, como a necessidade de mudanças nos hábitos de consumo pessoal, de conscientização da população ou educação ambiental, da governança global, e de proteção legal, citada 6 vezes.

As mudanças nos hábitos de consumo pessoal como solução apontada por 6 entrevistados, também foi abordada aqui como saídas que, apesar de contribuir, são ineficazes para abolir a problemática ambiental e que, focar apenas nelas auxilia no ocultamento da situação real e na perpetuação do problema (JENSEN, 2009). Ademais, a partir do caso da Amazônia, Zhouri observa que

O consumo “verde” tem recebido destaque como um dos principais elementos da “estratégia” geral direcionada à contenção do desmatamento na Amazônia. Mais ainda: essa perspectiva mercadológica possibilita a existência de um cenário em que ações políticas são legitimamente concebidas e justificadas em nível global. (2006, p. 153)

O tema da conscientização da população e da educação ambiental, citado 6 vezes como solução da problemática ambiental no Brasil, é de grande importância, ainda que, possa remeter à representação dos brasileiros como negligentes (LOIOLA *et al.*, 2015; ZHOURI, 2006), podendo ser problemática se ficar limitado em si como a raiz da questão (FERNANDES, 2021), uma vez que, o relatório do IPCC (2021) mostra que há pouco tempo para reverter situação, e as ações para lidar com os ataques à natureza e aos recursos naturais precisam ser imediatas. Ainda assim, a educação ambiental, em sua forma crítica, através do diálogo, da práxis e do enfoque interdisciplinar, é chave para que os indivíduos entendam o valor de qualquer ser natural ou cultural e com isso, possam desvelar processos ideológicos (PENELUC e SILVA, 2011). Assim, a educação ambiental contribui para o fomento da desalienação intelectual, social, política e ideológica dos indivíduos, para a criação de consciências reflexivas, para o agir político crítico situado historicamente e para a politização da problemática ambiental; seu maior fim recai na emancipação individual e social, inclusive da natureza, sobre todas formas de dominação por ela sofrida.

Um dos entrevistados propôs que são extremamente necessárias “políticas de decrescimento”, não só para o Brasil, mas para o mundo todo, ao pedir para o mesmo discorrer mais sobre o assunto, ele declarou

Quadro 8 – Fala do entrevistado 9 sobre políticas de decrescimento

Entrevistado 9	<i>“Decrescimento significa uma economia que não é focada no crescimento até o infinito, só em decrescer e em viver em harmonia, felicidade para os humanos e também para o meio ambiente”</i>
-----------------------	--

Fonte: elaborado pelos autores

De acordo com (TRETTEL-SILVA, 2017), a ideia de decrescimento começou a se popularizar a partir do Sul da Europa, onde o entrevistado que a citou vive. A ideia parte do princípio que a crise mundial, ecológica incluída, é causada, principalmente pela orientação ao crescimento econômico, e que para combatê-la seja necessário a implantação de uma transição para uma sociedade que seja mais justa, participativa, menos desigual e sustentável, que seja capaz de satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos, com baixo impacto ecológico. Ao contrário do apontado pelo entrevistado, as políticas de decrescimento não devem ser aplicadas da mesma forma no mundo todo, mas deve se levar em conta as diferenças no consumo dos indivíduos do Norte e do Sul, assim, as políticas de decrescimento significariam uma diminuição do padrão médio de consumo nos países do Norte, mas não necessariamente para os do Sul, que já consomem abaixo do limite de sustentabilidade.

A necessidade de uma governança global para lidar com o tema foi apontada menos vezes que as outras soluções discorridas acima, ainda assim, vale a análise, visto a frequência da questão ambiental nas discussões, órgãos e organizações internacionais (HALE, 2020), a dimensão global da crise ambiental (QUINTANA e HACON,), a internacionalização dos assuntos e discussões (IANNI, 1993) e o projeto hegemônico de caráter global em execução (IANNI, 2008).

Como previamente exposto, a governança global disfarçada de uma solução para os problemas surgidos com a globalização, em que ela falha em resolver e os agrava, se dedica à aplicação de políticas verdes neoliberais (ELLIOT, 2002), e contribui para o aumento das desigualdades (MURPHY, 2002). Acrescenta Zhouri (2008) que, a ideia da governança global surge na imagem de um consenso com a noção de desenvolvimento sustentável, ou seja, de que diversos interesses implicados na questão ambiental, como econômicos, ecológicos e sociais, poderiam ser conciliados, nesse processo, é ocultado as relações de poder que permeiam a questão, e assim, a intenção de controle dos espaços, pessoas e decisões por trás da governança global. Com isso, quando há a participação da sociedade civil, ela acontece através de organizações escolhidas pelas camadas dominantes da sociedade e, principalmente, as comunidades mais periféricas restam excluídas

desse espaço. Por fim, “A governança ambiental assim proposta promove um esvaziamento do sentido político das lutas ambientais” (ZHOURI, 2008, p. 99).

A crítica à governança global, não significa uma crítica a todas as formas de lidar com a questão ambiental de maneira internacional, já que, problemáticas de dimensões globais (QUINTANA e HACON, 2011; IANNI, 1993, 2008), “requerem uma resposta planejada centralizada com todas as ferramentas que estejam a disposição do Estado” (HERON e DEAN, 2021, p. 1).

Por último, nota-se que a maior parte das soluções enunciadas pelos participantes da pesquisa remetem a ações estatais, a mais frequente foi a elaboração de leis. Já vimos que, apesar do ordenamento jurídico de proteção ambiental brasileiro ser avançado, isso não significa que possam haver mudanças e retrocessos (PERES, 2021), como é o caso dos anos recentes em que o governo Bolsonaro vem desmantelando a proteção ambiental e seus órgãos protetores (MONTEIRO, 2022; SANTOS e SILVA, 2021; MENEZES e BARBOSA, 2021), ainda assim, o Brasil costuma ser retratado internacionalmente como um país desordenado (LOIOLA *et al.*, 2016) e sem lei (PAGANOTTI, 2007).

Heron e Dean (2021), ao comentar sobre a saída necessária para a crise ambiental de caráter mundial, percebem que existem algumas tendências dominantes quando se trata do assunto, uma é a tendência do negacionismo da crise ambiental, não encontrada nas representações que constam na presente pesquisa, outra é a de que não há solução, também não presente aqui, e uma terceira que é a tendência progressista daqueles que veem a importância de construir uma solução em larga escala, internacional ou estatal, é nessa tendência que se encaixam a maior parte das representações sociais sobre a solução para a questão ambiental dos participantes da pesquisa. Entretanto, a tendência progressista ainda fomenta um movimento que falha em compreender o marcador de classe da crise ambiental, universalizando a culpa e a abrangência dos danos. Em adição, tal tendência procura conciliar interesses de classe difusos e, nesse processo, falha em perceber e atacar a exploração, a desapropriação e o imperialismo, implicados no sistema causador da degradação ambiental, e de que a ruptura é essencial para a superação da crise ambiental. Quando limitada a tentar conciliar os poluidores e os que são poluídos, sem propor mudanças essenciais de fato, a tendência progressista serve apenas à função ideológica, mascarando as falhas existentes na estrutura capitalista (HERON e DEAN, 2021).

Ainda assim, a compreensão de que uma resposta estatal em larga escala é necessária, representação presente das entrevistas, é o primeiro passo para a resolução da escassez de recursos naturais e desequilíbrios ecológicos, mas para que ela possa se concretizar, precisa ser adjunta de uma proposta de transformação das relações entre os países de capitalismo desenvolvido e as classes dominantes, com a periferia do capitalismo e os explorados, através de uma ruptura capaz de tornar o poder coletivo e colocar a economia a favor dos humanos e da natureza, reorganizando o modo e as relações de produção e reprodução (HERON e DEAN, 2021).

7 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo apontar as representações sociais sobre o meio ambiente brasileiro de estrangeiros egressos de uma experiência de mobilidade acadêmica entre 2020 e 2021, em Bruxelas, na Bélgica. Para tanto foram feitas entrevistas semiestruturadas com 11 pessoas que haviam tal experiência de mobilidade em comum. Posteriormente, as entrevistas foram analisadas usando a Análise de Conteúdo de Bardin.

Apesar do número reduzido de participantes, - por conta da limitação de tempo e de contato - também, do modo como foram feitas as entrevistas – *online* - e da inexperiência da autora com esse tipo de pesquisa - qualitativa, em forma de entrevistas semiestruturadas -, os dados obtidos foram diversos e possibilitaram uma análise satisfatória, ainda que, a mesma pudesse ser mais extensa e detalhada se não fosse curto período de tempo para realizá-la.

Também foi abordado o tema da mobilidade acadêmica, seus objetivos, motivações e impactos em uma revisão literária, assim como através de uma pesquisa com os mesmos entrevistados. Os ganhos e as motivações da mobilidade acadêmica observados, tanto na literatura, quanto na pesquisa empírica, estavam principalmente relacionados à esfera pessoal, ao enriquecimento de si, à habilidades voltadas a fortalecer a bagagem cultural e a empregabilidade. Ainda que, parte da literatura sobre a mobilidade acadêmica justifique a sua necessidade, como forma de internacionalização, através da ideia que os programas de mobilidade seriam fomentadores de soluções para os problemas globais, de senso crítico nos participantes, de uma abertura da academia para diferentes culturas e contribuições múltiplas (LEASK, 2015; DALCIN, 2022), o resultado da presente pesquisa aponta que entre os participantes, os ganhos mais destacados são os pessoais. Ademais, ao verificar as representações sociais dos participantes da pesquisa, egressos de programa de mobilidade, do meio ambiente brasileiro, constata-se a ausência da discussão sobre os povos originários e tradicionais, assim, da diversidade cultural, da exploração histórica colonial e imperialista e, com isso, das desigualdades presentes na realidade global e implicadas no sistema causador da degradação ambiental; e a presença de representações exotizadas, estereotipadas e limitadas a uma dicotomia acentuada entre a degradação ambiental e as riquezas naturais exorbitantes.

Assim, é possível interpretar tal visão, as omissões dos temas mencionados e ainda, o enfoque dado às ações individuais para lidar com a degradação ambiental no Brasil, como pouco capazes de quebrar com o sistema hegemônico de valoração cultural e econômica e de resolver os problemas globais, como prevê a literatura sobre intercâmbio acadêmico.

A despeito das críticas à mobilidade acadêmica, a pesquisa também apontou para uma preocupação generalizada dos participantes com as problemáticas ambientais, a ênfase dada à necessidade de mudar a forma como os humanos têm se relacionado com o meio ambiente e à importância do mesmo. Ainda, os entrevistados não negam a existência das problemáticas relacionadas ao tema e, principalmente, não negam as mudanças climáticas. Nota-se que, uma grande parte das soluções enunciadas pelos participantes da pesquisa para combater a degradação ambiental remetem a ações estatais – ideia que Heron e Dean veem como bastante positiva e eficaz.

A mobilidade acadêmica, então, deve ser encarada com prudência, sem ilusões quanto às suas promessas, mas como um mecanismo de reprodução das desigualdades existentes na sociedade e na academia, particularmente, as entre o Norte global e o Sul global (MACHINGAMBI, 2014; MORAES e LEAL, 2021) e, também, como uma forma de padronizar currículos orientados para o favorecimento de culturas e economias hegemônicas (LIMA e MARANHÃO, 2011). Para que a mobilidade acadêmica possa ser benéfica para o movimento de mudança e justiça social é necessário que a experiência seja assimilada de forma crítica; seja situada pelos participantes no contexto histórica e colonial mais longo (LEAL, MORAES e OREGIONI, 2018); que os programas sejam criados por e para os grupos marginalizados (GAMBRELL, 2018); e que beneficie o estudante e o seu país de origem, em forma de uma devolutiva ao seu país no retorno para casa (PESSONI e PESSONI, 2021).

As representações sobre o meio ambiente brasileiro obtidas na presente pesquisa se deram de forma a não contemplar a dimensão complexa do tema, a ligação do manejo do meio ambiente com a estruturação do país, com o processo de acumulação primitiva e de privatização da terra e de seus recursos naturais, de forma conectada com o avanço do colonialismo, do imperialismo e, portanto, do capitalismo no mundo (VALADÃO E BARCELLOS, 2012).

Por fim, conclui-se que uma pesquisa mais extensa sobre o mesmo assunto, englobando mais participantes, far-se-ia extremamente proveitosa para compreender quais são as representações sociais que circulam no mundo acerca do meio ambiente brasileiro, já que, aqui ficou-se limitado a um grupo específico de indivíduos em número reduzido e em um espaço geográfico limitado, mas que ainda, dessa forma, fora possível discutir sobre o tema da mobilidade acadêmica, resultando em um saldo positivo. Também parece proveitoso, em uma pesquisa semelhante, fazer do grupo alvo da pesquisa estudantes brasileiros, visando a comparação com o resultado da presente pesquisa e a maior proximidade geográfica com a problemática em questão.

REFERÊNCIAS

ACSELHAD, Henri *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **E-Cadernos CES** [Online] 17, 2012. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1138>; Acesso em: 06 de junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1138>

AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIGOTTO, Raquel Maria. Quando o neoextrativismo chega aos corpos e territórios: agronegócio, processos de vulnerabilização e colonialidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 57, jun. 2021, UFPR.

ALTER, C.; HAYNES, S.; WORLAND, J. Person of the Year: Greta Thunberg. **Time Mag.** 2019, 194, 27–28. Disponível em: <https://time.com/person-of-the-year-2019-greta-thunberg/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ARAÚJO, Mariana. Capítulo 1 e 2. Em: ARAÚJO, Mariana. **A Imagem Política do Brasil na Mídia Internacional: A Propositura ao Conselho de Segurança da ONU.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Guimarães: Universidade do Minho. p. 5-49, 2011.

ASSUMPÇÃO, Douglas Junio Fernandes. **Práticas e discursos comunicacionais na interface Web: sites das agências de cooperação internacional na amazônia legal.** 2018. 154 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Linguagens, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

BBC. Amazon fires lead to worldwide protests over Brazilian government inaction. **BBC.** Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/world-49455543> Acesso em: 16 nov. 2021.

BBC BRASIL. Centenas de milhares protestam contra nova lei na França. **BBC Brasil**, [S. l.], p. 1-1, 28 mar. 2006. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/03/060328_francagrevegeral2fn. Acesso em: 24 maio 2022.

BBC NEWS. COP26: Thousands march for Glasgow's biggest protest. **BBC**, Escócia, p. 1-1, 6 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-scotland-59185007>. Acesso em: 24 maio 2022.

BIJWAARD, Daan; DUNNE, Allison. **Pan-European Survey: Main multi-country report.** IPSOS, 2021. p. 1-15. Disponível em: https://mk0eeborgicuyptuf7e.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2021/04/IPSOS-Multi-Country-Report-complete.FINAL_.pdf Acesso em: 29 out. 2021.

BUARQUE, Daniel. **Brasil, um país do presente: a imagem internacional do país do futuro.** São Paulo: Alameda, 2013.

CACHAPUZ, António F. A construção do Espaço Europeu de Ensino Superior: um “case study” de globalização. In: PEREIRA, Elisabete M. de A.; ALMEIDA, Maria. de L. P. (Orgs.). **Universidade contemporânea.** Políticas do processo de Bolonha. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 13-26.

CAMELY, Nazira Correia. Los agentes del imperialismo en la Amazonia occidental. **Boletim Cebraspo**, Rio de Janeiro, n. 49, 2006.

CARDOSO, Antônio Dimas; RIBEIRO, Maria João Alves. O papel do intercambista em redes de internacionalização do ensino superior. **Revista Edapeci**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 95-106, 9 abr. 2019. Revista EDAPECI. <http://dx.doi.org/10.29276/redapeci.2019.19.110198.95-106>.

CARRANO, Paulo. **Juventude e participação no Brasil** – Interdições e possibilidades. [S.I.] Democracia viva, nº 30, p. 3-5. 2006.

CARVALHO, I. C. M. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea In: Novaes, Regina e Vannuchi, Paulo (orgs). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, São Paulo, 2004.

CAZZAMATTA, Regina. A imagem do Brasil na imprensa alemã antes da crise político-econômica. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, vol. 43, no 3, setembro de 2020, p. 115–33. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/1809-5844202036>.

CHARLEAUX, João Paulo. Há 10 anos, ‘pinguins’ marchavam no Chile: Como isso mudou a educação. **Nexo Jornal**, [S. I.], p. 1-1, 7 jun. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/07/Há-10-anos-‘pinguins’-marchavam-no-Chile.-Como-isso-mudou-a-educacao>. Acesso em: 24 maio 2022

CHAUÍ, Marilena. Entrevista à Caros Amigos; Ideologia da Incompetência; Universidade Administrada. Em: CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. São Paulo: Autêntica, 2014. Organizado por André Rocha.

CIENCIAS SEM FRONTEIRAS. Objetivos - **Ciência sem fronteiras**. <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/objetivos>. Acessado 10 de maio de 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. Quais são os objetivos e os aspetos mais importantes do Programa Erasmus+?. Em: **Erasmus+**: guia do programa. 2017. p. 7-10

COPETTI, Thiago. Brasil produz comida para alimentar até 1,6 bilhões de pessoas. **Jornal do Comércio**, [S. I.], p. 1-1, 15 maio 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/agro/2020/10/761466-brasil-produz-comida-para-alimentar-ate-1-6-bilhao-de-pessoas.html. Acesso em: 4 jul. 2022.

DALCIN, Vânia Letícia. **A mobilidade dos estudantes universitários: contribuição para o desenvolvimento da interculturalidade**. Dissertação de Mestrado. p. 72-86. 2011. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6069/1/ulfpie039923_tm.pdf Acesso em: 29 out. 2021.

DA SILVA, Alberto Teixeira. Desafios políticos e socioambientais da governança global na Amazônia: a emergência do programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7)(Paper 268). **Papers do NAEA**, v. 19, n. 1, 2010.

DESIDERI, Leonardo. Bem ou Mal? O que os líderes estrangeiros dizem sobre Bolsonaro. **Gazeta do Povo**, [S. l.], p. 1-1, 21 jul. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-lideres-estrangeiros-dizem-sobre-bolsonaro/>. Acesso em: 29 maio 2022.

DEWES, João Osvaldo. Amostragem em bola de neve. Em: DEWES, João Osvaldo. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling**: uma descrição dos métodos. 2013. 52 f. Monografia (Bacharel) – Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 7-28.

EARL, Jennifer; MAHER, Thomas V.; ELLIOTT, Thomas. Youth, activism, and social movements. **Sociology Compass**, Us, v. 11, n. 4, p. 1-14, abr. 2017. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/soc4.12465>

ELLIOT, Lorraine. Global environmental governance. Em: WILKINSON, Rorden; STEPHEN, Hughes. **Global governance: critical perspectives**, p. xi-xvii, 2002.

FERNANDES, Sabrina. Ecological Imperialism and Jair Bolsonaro's Agenda in Brazil. **New Politics**, 2021.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. **Teoria e Cultura**, v.2, n.1 e 2, p. 39-53, 2008.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. Ecological Imperialism: The Curse of Capitalism. **Socialist Register**, vol. 40, nº1, 2004. p. 186-201.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Civilização Brasileira, 2005.

FRANCA, Thais; PADILLA, Beatriz. Acordos bilateral de cooperação acadêmica entre Brasil e Portugal: Internacionalização ou (pós)colonização universitária?. **Universidades**, n. 69, p. 57-73, julho/dezembro, 2016. ISSN: 0041-8935.

GAMBRELL, James A. Travel for Transformation: Embracing a Counter-Hegemonic Approach to Transformative Learning in Study Abroad. **Journal of Multicultural Affairs**: Vol. 3 : Iss. 1 , Article 1. 2018.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. Em: M. W. Bauer & G. Gaskell, G. (Orgs.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes, 2002.

GÓES, Carlos; DUQUE, Daniel. Como as universidades públicas no Brasil perpetuam a desigualdade de renda: fatos, dados e soluções. **Nota de Política Pública no 01/2016**. São Paulo: Instituto Mercado Popular, 2016.

GOLDENBERG, Mirian. Entrevistas e Questionários. O método biográfico em Ciências Sociais. Em: **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. São Paulo: Record, 2004. p. 85-9.

GOMES JÚNIOR, Jonas da Silva. **ONGs transnacionais e os sentidos de sustentabilidade amazônica**: imaginário, discurso e poder. 2017. 235 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. Em: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Vol. 2. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 13-54, 2004.

GRISOTTI, Márcia. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM SAÚDE: SOMA DE PROPRIEDADES INDIVIDUAIS OU PROPRIEDADES EMERGENTES?. **Cadernos CERU**, v. 15, p. 233-247, 2004.

GUARESCHI, Pedrinho A.. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, p. 33-46, dez. 2000.

GUDYNAS, Eduardo. Ecología política del fuego: ambiente y desarrollo en los incendios sudamericanos de 2019. Em: **Informe Ambiental 2020**: Lo ambiental debe ser política de Estado, Vol. 12, ed. Andrés Nápoli, Pía Marchegiani, 40–50. Buenos Aires: Fundación Ambiente y Recursos Naturales. 2020.

HALE, Thomas. Transnational actors and transnational governance in global environmental politics. **Annual Review of Political Science**, v. 23, p. 203-220, 2020.

HAN, Heejin; AHN, Sang Wuk. Youth Mobilization to Stop Global Climate Change: narratives and impact. **Sustainability**, [S.L.], v. 12, n. 10, p. 4127, 18 maio 2020. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/su12104127>.

HERON, Kai; DEAN, Jodi. Revolution or Ruin. **e-flux**, v. 110, 2020. Em: <https://www.e-flux.com/journal/110/335242/revolution-or-ruin/>. Acesso em: 7 de jul. de 2022

IANNI, Octávio. O jovem radical. Em: BRITTO, Sulamita de. (org.). **Sociologia da juventude I** – da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p.220-242.

IANNI, Octávio. Capítulo 2: A Sociedade civil mundial. Em: IANNI, Octávio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. p. 35-50.

IANNI, Octávio. **Globalização e crise do Estado-Nação**. Estudos De Sociologia, vol. 4, nº6. Araraquara, 2008. p. 129-135.

INPE. Comparação do total de focos ativos detectados pelo satélite de referência em cada mês, no período de 1998 até 15/11/2021. **INPE**, 2021. Disponível em: https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_paises/ Acesso em: nov. 2021.

IPCC. Summary for Policymakers. In: **Climate Change 2021: The Physical Science Basis**. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press. In Press.

JENSEN, Derrick. Forget Shorter Showers: Why personal change does not equal political change. **Orion Magazine**, Manchester, julho/agosto 2009. Disponível em: <http://www.orionmagazine.org/index.php/articles/article/4801/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

JODELET, Denise. Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 423-442, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-699220183302007>.

JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em expansão. Em: D. Jodelet (Ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993.

KUMAR, Rajesh. Concentrated Oxygen. Em: RANA, Dr. M.K.. **Herbaceous plants as natural protective food**. Nova Delhi: Scientific Publishers, 2014. Cap. 2. p. 13-21.

EUROSTAT. Learning Mobility Statistics. 2018. **Eurostat**. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Learning_mobility_statistics. Acessado 09 de maio de 2022.

LEASK, Betty. Introduction e Why Internationalize the curriculum?. In: LEASK, Betty. **Internationalization of the curriculum (IoC) in action - a guide**. Nova York: Routledge, 2015. p. 3 – 25.

LEAL, Fernanda G.; MORAES, Mário C. B.; OREGIONI, María S.. Hegemonia e contra-hegemonia no contexto da educação superior: critérios para uma análise crítica e reflexiva do campo. **Integración y Conocimiento**, v. 2, n. 10, p. 106-132, 2018.

LEAL, Fernanda Geremias; MORAES, Mário César Barreto. Internacionalização curricular no sul-global: uma perspectiva crítica a partir dos conceitos de redução sociológica e de epistemologias do sul. **Revista de Educación Superior del Sur**

Global, [S.L.], v. 1, n. 3, p. 01-26, 1 jun. 2017. RESUR. <http://dx.doi.org/10.25087/resur3a1>.

LIMA, Manolita C.; MARANHÃO, Carolina M. S. A. Políticas curriculares da internacionalização do ensino superior: multiculturalismo ou semiformação? **Ensaio Aval Pol Públ Educ**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, jul./set. 2011. p. 575-598.

LIMA, Manolita C.; MARANHÃO, Carolina M. S. A. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 3, p. 583-610, 2009.

LOIOLA, Sérgio Almeida; CARDOSO, Ludimila Stival; ARAÚJO, Alexandre Martins; NAZARENO, Elias. Da dominação colonial à colonialidade do saber: efeitos do determinismo ecológico dual no Brasil. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 35, p. 38-67, 2016.

MACHINGAMBI, Severino. The Impact of Globalisation on Higher Education: a marxist critique. **Journal Of Sociology And Social Anthropology**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 207-215, abr. 2014. Kamla Raj Enterprises. <http://dx.doi.org/10.1080/09766634.2014.11885625>.

MARTINS, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968**. Papyrus Livr. Ed., 1987.

MENDONÇA, Heloísa. Imagem do Brasil derrete no exterior e salienta “crise ética e de falência de gestão” com Bolsonaro. **El País**, São Paulo, p. 1-1, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-13/imagem-do-brasil-derrete-no-exterior-e-salienta-crise-etica-e-de-falencia-de-gestao-com-bolsonaro.html>. Acesso em: 29 maio 2022.

MENEZES, Roberto Goulart; BARBOSA, Ricardo. Environmental Governance under Bolsonaro: Dismantling Institutions, Curtailing Participation, Delegitimising Opposition. **Zeitschrift Für Vergleichende Politikwissenschaft**, vol. 15, no 2, junho de 2021, p. 229–47. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1007/s12286-021-00491-8>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. Em: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Anabela F.M. **A Mobilidade Académica Europeia e o Turismo Educativo e Cultural**: Factores De decisão e De motivação. - Universidade de Coimbra (Portugal), Ann Arbor, 2014.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. Processos de Espoliação no Brasil Atual: Ofensivas do agronegócio sobre os direitos ambientais e territoriais. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 1, jan-jun. 2022. São Gonçalo, 2022. p. 74-95. <http://dx.doi.org/10.12957/tamoios.2022.63317>.

MORAES, Mário C. B.; LEAL, Fernanda G.. GLOBALIZAÇÃO, (DE)COLONIALIDADE E (CONTRA)HEGEMONIA NO CONTEXTO DA

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: o grito surdo da academia. **Read. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 313-342, ago. 2021. FapUNIFESP. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.316.103166>.

MADEIRO, Carlos. Derramamento de óleo na costa do Nordeste completa 2 anos sem desfecho. **UOL Notícias**, Maceió, p. 1-1, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/08/30/oleo-nordeste-dois-anos.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MALKOUTZIS, Nick. Young Greeks and the Crisis: The danger of losing a generation. **International Policy Analysis**, Berlin, p. 1-6, 1 set. 2011. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/08465.pdf>. Acesso em: 24 maio 2022.

MARQUES, Andresa Lêdo; ARAÚJO, Dayana. Direito à cidade: qual foi o papel dos jovens nas manifestações de 2013?. **Portal Aprendiz**, [S. l.], p. 1-1, 11 jun. 2018. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2018/06/11/direito-a-cidade-qual-foi-o-papel-dos-jovens-nas-manifestacoes-de-2013/>. Acesso em: 24 maio 2022.

MARTINEZ-ALIER, Joan. The ecological debt. **Kurswechsel**, v. 4, n. 2002, p. 5-16, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 89-112.

MORLEY, Louise; ALEXIADOU, Nafsika; GARAZ, Stela; GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, José; TABA, Marius. Internationalisation and migrant academics: the hidden narratives of mobility. **Higher Education**, [S.L.], v. 76, n. 3, p. 537-554, 25 jan. 2018. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10734-017-0224-z>.

MOROSINI, Marília Costa; USTÁRROZ, Elisa. Impactos da internacionalização da educação superior na docência universitária: construindo a cidadania global por meio do currículo globalizado e das competências interculturais. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n.97, p. 35-46, set/dez. 2016.

MOSCOVICI, Serge. A Representação Social: Um conceito perdido. In: MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 41-81

MOSCOVICI, Serge. O fenômeno das representações sociais. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 29-110.

MURPHY, Craig. Why Pay Attention to Global Governance. Em: WILKINSON, Rorden; STEPHEN, Hughes. **Global governance: critical perspectives**, p. xi-xvii, 2002.

MURPHY-LEJEUNE, Elizabeth. Identity, culture and language learning: the benefits of a mobility capital. In: Pearson-Evans, Aileen; Leahy, Angela (Ed.). **Intercultural spaces: language, culture, identity**. New York: Peter Lang Publishing, 2007. cap. 18. p. 219-226.

_____. An experience of interculturality: student travellers abroad. In: Alred, Geof; Byram, Michael; Fleming, Mike (Ed.). **Intercultural experience and education**. Great Britain: Cromwell Press, 2003. cap. 7, p. 101-113.

NAÇÕES UNIDAS. Meio ambiente saudável é declarado direito humano por Conselho da ONU. **Nações Unidas Brasil**, [S. l.], p. 1-1, 8 out. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/150667-meio-ambiente-saudavel-e-declarado-direito-humano-por-conselho-da-onu>. Acesso em: 24 maio 2022.

NITAHARA, Akemi. Acesso a nível superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1-1, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/aceso-nivel-superior-no-brasil-e-muito-abaixo-dos-padroes-internacionais>. Acesso em: 27 maio 2022.

NOGUEIRA, Silvia Garcia; MELO, F.; GALDINO, A.. A imagem ambiental do Brasil no governo Bolsonaro: análise de uma percepção latino-americana. **Sul Global**, 1(2), 31-63. 2020. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/sq/article/view/36286>. Acesso em: 20 nov. 2021.

NORRIS, P.. Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice? **Report for the Council of Europe Symposium**, 2003.

NOVAES, Henrique Tahan. Produção destrutiva, colapso ambiental e agroecologia na ótica marxista. **Revista Fim do Mundo**, n. 02, p. 92-108, 2020.

OLIVEIRA, Adriana Leônidas de; FREITAS, Maria Ester de. Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], v. 22, n. 70, p. 774-801, jul. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782017227039>.

OLIVEIRA, Ney Coe de. Amazônia, pulmão do mundo?. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 45, n. 12, p. 14-14, 1991.

OLLA, Akin. Occupy Wall Street swept the world and achieved a lot, even if it may not feel like it. **The Guardian**, [S. l.], p. 1-1, 6 out. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/oct/06/occupy-wall-street-achieved-a-lot-even-if-it-may-not-feel-like-it>. Acesso em: 24 maio 2022.

PAASONEN, Kari; URDAL, Henrik. Youth bulges, exclusion and instability: the role of youth in the arab spring. **Peace Research Institute Oslo: Conflict Trends**, Gronland, v. 11, n. 2, p. 249-280, mar. 2017.

PAGANOTTI, Ivan. Imagens e estereótipos do Brasil em reportagens de correspondentes internacionais. **Rumores**, v. 1, n. 1, 2007.

PAIGE, R. Michael; FRY, Gerald; STALLMAN, Elizabeth M.; JOSIÉ, Jasmina; JON, Jae-Eun. Study abroad for global engagement: the long-term impact of mobility experiences. **Intercultural Education**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 29-44, jan. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14675980903370847>.

PARKER, Laura. Kids suing governments about climate: It's a global trend. **National Geographic**, [S. l.], p. 1-1, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/environment/article/kids-suing-governments-about-climate-growing-trend>. Acesso em: 24 maio 2022.

PASSARINHO, Nathalia. Como política ambiental de Bolsonaro afetou imagem do Brasil em 2019 e quais as consequências disso. **BBC News Brasil**. Londres. 31 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50851921> Acesso em: 29 out. 2021.

PERES, Jackson Alexsandro. Pensamento e Legislação Ambiental no Brasil (1896-2000). **Faces da História**, v. 8, n. 1, p. 143-164, 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. Introdução e Sentido da Colonização (p. 5-26); Vida material (Economia) (p. 113-124); Vida social (Vida Social e Política) (p. 340-377). Em: PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia, São Paulo: Brasiliense, 6ª Edição, 1961.

PENELUC, Magno da Conceição; SILVA, Sueli Almuiña Holmer. Representações sociais e materialismo histórico: contribuição para a educação ambiental crítica. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 5, n. 1, p.19-39, mai. 2011.

PEREIRA, Viviane Camejo; LOPES, Claudemira Vieira Gusmão. O ecologismo dos pobres e o racismo ambiental: reflexões sobre sociedade e natureza para uma educação ambiental crítica. **Divers@!**, Matinhos, v. 14, n. 2, p. 110-125, 30 dez. 2021. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/diver.v14i2.83342>.

PESSONI, Rosemeire Bom; PESSONI, Arquimedes. Internacionalização do ensino superior e a mobilidade acadêmica. **Educação (Ufsm)**, Santa Maria, v. 46, n. 1, p. 1-32, 4 set. 2021. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/198464444307>

PIVOTTO, Renan Farias; et al. Imagem do Brasil a partir do olhar de estudantes estrangeiros. **Disciplinarum Scientia**, Sociais Aplicadas, vol. 15, no 2, novembro de 2019, p. 217–31.

POGGOLI, Sylia. Youth Protests Sweep Spain As Unemployment Soars. **NPR**, [S. l.], p. 1-1, 26 maio 2011. Disponível em: <https://www.npr.org/2011/05/26/136683688/youth-protests-sweep-spain-as-unemployment-soars>. Acesso em: 24 maio 2022.

PROKOU, Eleni. The Emphasis on Employability and the Changing Role of the University in Europe. **Higher Education In Europe**, [S.L.], v. 33, n. 4, p. 387-394, dez. 2008. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03797720802522593>.

QUINTANA, Ana Carolina; HACON, Vanessa. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **O Social em Questão**, Ano XIV, nº 25/26. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011. P. 427-444.

RAINSFORD, Emily; SAUNDERS, Clare. Young Climate Protesters' Mobilization Availability: climate marches and school strikes compared. **Frontiers In Political Science**, [S.L.], v. 3, 18 ago. 2021. Frontiers Media SA. <http://dx.doi.org/10.3389/fpos.2021.713340>.

REDE PENSSAN, Fundação Friedrich Ebert. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2022.

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINI, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, vol. 33, no 2, dezembro de 2011, p. 149–59. Maringá. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v33i2.10256>.

SANTOS, Josiane Soares; SILVA, Everton Melo. 'Agro acima de tudo, minério acima de todos': as ameaças do Governo Bolsonaro às áreas legalmente protegidas na Amazônia. **Germinal: marxismo e educação em debate**, vol. 13, no 2, p. 343–66. Salvador: setembro de 2021, periodicos.ufba.br, <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44866>.

SEMERARO, Giovanni. A concepção de sociedade civil. Em: SEMERARO, GIOVANNI. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 87-126.

TRETTEL-SILVA, Gabriel. **O decrescimento: leituras a partir do Sul global**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Lúcia Maria Alves; GOMES, Edvânia Torres Aguiar; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Diferentes olhares sobre a natureza: representação social como instrumento para educação ambiental. **Estudos de Psicologia**, vol. 10, no 1, Natal: abril de 2005, p. 41–51. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000100006>.

SOBRINHO, José Dias. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**. N 28, Jan./Fev./Mar./Abril/2005, pp. 164-173.

SOBROWIAK, Pawel. The impact of studying abroad on students' intercultural competence: An interview study. **Studies in Second Language Learning and Teaching**, 9(4), 681-710. Poznan: 2019 <https://doi.org/10.14746/ssllt.2019.9.4.6>

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Santos, B. Meneses, M. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora. 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENEZES, M. Introdução. In: Santos, B. Meneses, M. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora. 2010.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 117-148.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Anais**. São Paulo: ANPED, 1999.

TASCHETTO, Leonidas R.; ROSA, Gabriel C.. Mobilidade acadêmica internacional: caminhos para vínculos transculturais. **Textura-ULBRA**, vol. 21, no 47, julho de 2019. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-21-47-4783>.

TAYLOR, Matthew; BARLETT, John; WATTS, Jonathan. Climate crisis: 6 million people join latest wave of global protests. **The Guardian**, [S. l.], p. 1-1, 27 set. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/sep/27/climate-crisis-6-million-people-join-latest-wave-of-worldwide-protests>. Acesso em: 24 maio 2022.

TECCHIO, Iliane. Mobilidade acadêmica de estudos: questões e reflexões. **Linguatéc**, Bento Gonçalves, v. 4, n. 2, p. 29-46, 20 nov. 2017. Instituto Federal de Educação - Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.35819/linguatec.v2.n2.a2467>.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. Os jovens e a política: do mal-estar a novas formas de expressão na vida pública. entrevista com anne muxel. **Proposições**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 347-356, abr. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0127>.

UNESCO. Educação para a cidadania global: aspectos básicos e debates. In: **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI**. Brasília: Unesco, 2015. p. 13-23.

UNFCCC. **Paris Agreement**. Paris, 2015. p. 3. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf Acesso em: 29 out. 2021.

UNIÃO EUROPEIA. COM/2019/640. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões. **Pacto Ecológico Europeu**. Bruxelas. 11 dez. 2019. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52019DC0640&from=PT> Acesso em: 29 out. 2021.

VALADÃO, Vanda de Aguiar. BARCELLOS, Gilsa Helena. Privatização da terra: intersecções das questões agrária e ambiental. **Revista Temporalis**, Vitória, v. 2, no 24, 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3080/3288>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

VAN MOL, Christof. The Influence of Student Mobility on Future Migration Aspirations. Empirical Evidence from Europe and Recommendations to Study the Impact of International Exchange Programmes. **Canadian Diversity/Revue Diversité Canadienne** 2011. 8 (5): 105–108.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 119-141, 9 dez. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2013v10n2p119>.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire *et al.* Editorial. Em: VIEIRA, Paulo Freire *et al.* (org.). **Special issue - Agribusiness in times of planetary collapse: critical approaches**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Vol. 57, p. 1-15, jun. 2021. DOI: 10.5380/dma.v56i0.81655.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, n. 44, p. 203-220, ago.-dez. 2014.

ZANATTA, Jacir Alfonso; COSTA, Márcio Luis. Algumas reflexões sobre a pesquisa qualitativa nas ciências sociais. **Pesquisas em Psicologia**, vol. 12, n. 2, maio-agosto, 2012, pp. 344-359. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

ZHOURI, Andréa. Global–Local Amazon Politics: conflicting paradigms in the rainforest campaign. **Theory, Culture & Society**, London, Thousand Oaks e New Delhi, v. 21, n. 2, p. 69-89, abr. 2004. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0263276404042135>

ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, p. 139-169, 2006.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 23, p. 97-107, 2008

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- What is your age? (Qual a sua idade?)
- And your origin country? (E o seu país de origem?)
- Which degree have you graduated or mastered in? Or is studying for? (Em qual diploma você se formou? Ou em qual está estudando?)
- What made you choose to be a part of an academic mobility experience (O que o fez escolher fazer parte de uma experiência de mobilidade acadêmica?)
- How do you think this experience impacted your life? (Como você acha que essa experiência impactou a sua vida?)
- Which is your take on the environmental issues? Do they concern you? (Qual a sua posição perante as problemáticas ambientais? Elas lhe preocupam?)
- Have you already took part in any political movement, protest or event for the environment? (Você já participou de algum movimento político, protesto ou evento pelo meio ambiente?)
- When I say the words “Brazil” and “environment”, what other 5 words come to your mind? (Quando eu digo as palavras “Brasil” e “meio ambiente”, quais outras 5 palavras vêm a sua mente?)
- What do you know about the environmental in Brasil in the last 5 years? (O que você sabe sobre o meio ambiente no Brasil nos últimos 5 anos?)
- What do you remember having heard, seen or read about the events connected to the environment in Brasil in the last 5 years? (O que você lembra de ter ouvido, visto ou lido sobre os eventos conectados ao meio ambiente no Brasil nos últimos 5 anos?)
- What would you say is your main source of information on that matter? (Qual você diria que é a sua principal fonte de informação sobre esse assunto?)
- Why do you think the environment in Brasil has been treated like that? (Por qual razão você acredita que o meio ambiente brasileiro tem sido tratado dessa forma?)
- Who do you see as the responsible for the environmental issues in brasil? (Quem você vê como o responsável pelas questões ambientais no Brasil?)

- Which social actors/group of people do you think are involved in the environmental issues in Brasil? (Que atores sociais/grupos de pessoas você acredita estarem envolvidos com as questões ambientais no Brasil?)
- Who do you believe are affected by these issues? (Quem você acredita que são os afetados pelas questões ambientais?)
- Do you believe the environment in Brasil should be treated in a different way? (Você acredita que o meio ambiente no Brasil deveria ser tratado de forma diferente?)

[Caso respondessem positivamente:]

- Why? What's the importance in doing it differently? (Por quê? Qual é a importância de fazer algo diferente?)
- What do you believe can be done to change the situation? (O que você acha que pode ser feito para mudar a situação?)
- Who do you believe has to act for a change? (Quem você acha que deve agir para que aconteça uma mudança?)

